

EXEMPLAR ÚNICO



República Federativa do Brasil

EXEMPLAR ÚNICO

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LI - N° 180

QUINTA-FEIRA, 26 DE SETEMBRO DE 1996

BRASÍLIA - DF

MESA
 Presidente
 José Samey - PMDB - AP
 1º Vice-Presidente
 Teotonio Vilela Filho - PSDB - AL
 2º Vice-Presidente
 Júlio Campos - PFL - MT
 1º Secretário
 Odacir Soares - PFL - RO
 2º Secretário
 Renan Calheiros - PMDB - AL
 3º Secretário
 Levy Dias - PPB - MS
 4º Secretário
 Emanoel Amorim - PMDB - RO
 Suplentes de Secretário
 Antônio Carlos Valadares - PSB - SE
 Eduardo Suplicy - PT - SP
 Ney Suassuna - PMDB - PB
 Emilia Fernandes - PTB - RS

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
 Corregedor
 (Eleito em 16-3-95)
 Romeu Tuma - PSL - SP

Corregedores - Substitutos
 (Eleitos em 16-3-95)
 1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS
 2º Senador Joel de Hollanda - PFL - PE
 3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
 (Designação: 16 e 23-11-95)
 Nabor Júnior - PMDB - AC
 Waldeck Omellas - PFL - BA
 Emilia Fernandes - PTB - RS
 José Ignácio Ferreira - PSDB - ES
 Lauro Campos - PT - DF

LIDERANÇA DO GOVERNO
 Líder
 Elio Alvares - PFL - ES

Vice-Líderes
 José Roberto Arruda - PSDB - DF
 Vilson Kleinübing - PFL - SC
 Ramez Tebet - PMDB - MS

LIDERANÇA DO PMDB
 Líder
 Jader Barbalho

Vice-Líderes
 Ronaldo Cunha Lima
 Nabor Júnior
 Gerson Camata
 Carlos Bezerra
 Ney Suassuna
 Gilvam Borges
 Fernando Bezerra
 Gilberto Miranda

LIDERANÇA DO PFL
 Líder
 Hugo Napoleão
 Vice-Líderes
 Edison Lobão
 Francelino Pereira
 Joel de Hollanda
 Romero Juá

LIDERANÇA DO PSDB
 Líder
 Sérgio Machado
 Vice-Líderes
 Geraldo Melo
 José Ignácio Ferreira
 Lúcio Coelho

LIDERANÇA DO PPB

Líder
 Epitacio Cafeteira

Vice-Líder
 Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PT

Líder
 José Eduardo Dutra

Vice-Líder
 Benedita da Silva

LIDERANÇA DO PTB

Líder
 Valmir Campelo

Vice-Líder

LIDERANÇA DO PDT

Líder
 Júnia Marise

Vice-Líder
 Sebastião Rocha

LIDERANÇA DO PSB

Líder
 Ademir Andrade

LIDERANÇA DO PPS

Líder
 Roberto Freire

LIDERANÇA DO PSL

Líder
 Romeu Tuma

EXPEDIENTE

AGACIEL DA SILVA MAIA
 Diretor-Geral do Senado Federal

CLAUDIONOR MOURA NUNES
 Diretor Executivo do Cegraf

JÚLIO WERNER PEDROSA
 Diretor Industrial do Cegraf

RAIMUNDO CARREIRO SILVA
 Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

MANOEL MENDES ROCHA
 Diretor da Subsecretaria de Ata

DENISE ORTEGA DE BAERE
 Diretora da Subsecretaria de Técnica

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Impresso sob a responsabilidade da
 Presidência do Senado Federal
 (Art. 4º, nº 31 RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 156ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 25 DE SETEMBRO DE 1996

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 224, de 1996 (nº 894/96, na origem), de 23 do corrente ano, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 78, de 1992 (nº 4.018/93, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a arbitragem, sancionado e transformado na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

1.2.2 – Ofício

Nº 195/96, de 18 do corrente, da Liderança do PT no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão Especial do Congresso Nacional que irá apreciar a Medida Provisória nº 1.486-31/96.

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR JOSÉ ROBERTO ARRUDA – Proposta orçamentária para o ano de 1997. Consenso dos integrantes do PSDB, visando não apresentar emendas individuais ao Orçamento....

SENADOR JOSÉ EDUARDO DUTRA – A questão da reeleição presidencial.

SENADOR JOEL DE HOLLANDA – Defesa do incremento do turismo e principalmente da agricultura em nosso País, tendo em vista respostas mais rápida ao investimento aplicado. Necessidade de se aliviar a carga tributária incidente sobre a fruticultura, impedido a sua competitividade no mercado internacional.

SENADOR EDUARDO SUPILCY – Comentando reportagem do jornal *O Globo* de hoje, em que o Ministro da Justiça, Nelson Jobim, critica o uso de fotos de Che Guevara e Karl Marx em curso ministrado pelo líder dos sem-terra, João Pedro Stédile. Divulgação, pelo Incra, do Atlas Fundiário Brasileiro, que mostra a evolução das terras produtivas. Defesa de diálogo governamental com o movimento dos sem-terra. Registro do Termo de Declaração do Ministério Público do Estado do Paraná sobre atuação da polícia secreta da PM, a "P2", infiltrada no movimento dos sem-terra. Relato da participação de S. Exa. no VI Congresso da Rede Europeia de Renda Básica, em que discorreu sobre o programa de Garantia de Renda Mínima, realizado na cidade de Viena, na Áustria, no período de 12 a 14 do corrente. ...

1.2.4 – Comunicações da Presidência

Recebimento do Ofício nº 2.881, de 1996, do Banco Central do Brasil, encaminhando dados referentes à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele órgão, tendo por base o mês de agosto do corrente ano. (Diversos nº 83, de 1996).....

16403

Recebimento do Ofício nº S/87, de 1996 (nº 2.887/96, na origem), do Banco Central do Brasil, encaminhando manifestação daquele órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Pernambuco, para que possa elevar temporariamente seu limite de endividamento e realizar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, no valor de um milhão, quatrocentos e setenta e três mil, trezentos e noventa e seis reais e quarenta centavos, cujos recursos serão destinados à implantação da 3ª etapa do Projeto Unificação da Base Cartográfica da Região Metropolitana do Recife – UNIBASE.

16403

1.2.5 – Leitura de Mensagem Presidencial

Nº 467/96-CN (nº 896/96, na origem), encaminhando informações complementares ao texto do Projeto de Lei nº 8, de 1996-CN, que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1987.

16403

1.2.6 – Requerimento

Nº 946, de 1996, do Senador Eduardo Supilcy, solicitando tramitação em conjunto dos Projetos de Lei do Senado nºs 215, e 288, ambos de 1995....

16403

1.2.7 – Discurso encaminhado à publicação

SENADOR NEY SUASSUNA – Dia da Árvore, ocorrido em 19 de setembro corrente.

16404

1.3 – ENCERRAMENTO

2 – ATO DA COMISSÃO DIRETORA

Nº 14, de 1996

16404

3 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Apostilas relativamente às aposentadorias de Mário Gomes Vieira, Odeteina da Costa Alves de Oliveira, Valdecy David Soares e Geraldo Soares de Moraes.

16405

4 – MESA DIRETORA

5 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR

6 – PROCURADORIA PARLAMENTAR

7 – LÍDERES E VICE-LÍDERES DE PARTIDOS

8 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO

PARLAMENTAR

9 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES

PERMANENTES

10 – COMISSÃO PARLAMENTAR CON-

JUNTA DO MERCOSUL (SEÇÃO BRASILEIRA)

16399

Ata da 156^a Sessão Não Deliberativa em 25 de setembro de 1996

2^a Sessão Legislativa Ordinária, da 50^a Legislatura

Presidência dos Srs. José Eduardo Dutra, Bello Parga, João França

(Inicia-se a sessão às 14h30min)

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) -

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Restituindo autógrafos de projeto de lei sancionado:

Nº 224, de 1996 (nº 894/96, na origem), de 23 do corrente ano, referente ao Projeto de Lei do Senado nº 78, de 1992 (nº 4.018/93, na Câmara dos Deputados), que dispõe sobre a arbitragem, sancionado e transformado na Lei nº 9.307, de 23 de setembro de 1996.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - O expediente lido vai à publicação.

Sobre a mesa ofício que será lido pelo 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

OFÍCIO Nº 195/96 – GLDPT

Brasília – DF, 18 de setembro de 1996

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, solicito a substituição da Senadora Benedita da Silva, pelo Senador Eduardo Matarazzo Suplicy, como suplente do Partido dos Trabalhadores, na Comissão Especial do Congresso Nacional que irá apreciar a Medida Provisória nº 1.486-31/96.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência protestos de estima e consideração. – Senador José Eduardo Dutra, Líder do PT.

O SR. PRESIDENTE (José Eduardo Dutra) - Será feita a substituição solicitada.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao nobre Senador José Roberto Arruda.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA (PSDB – DF). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, temos o prazo regimental - e quahdo falo nós refiro-me às duas Casas do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Senado Federal - , até o dia 17 de outubro; para a apresentação de emendas ao Orçamento Geral da União do ano de 1997.

O Governo Federal tinha o prazo de 31 de agosto para apresentar ao Congresso Nacional a sua proposta de Orçamento que vigorará no próximo ano. Um dia antes do vencimento desse prazo, o Ministro do Planejamento, Antônio Kandir, fez a entrega ao Presidente do Congresso Nacional, Senador José Sarney, dessa proposta sob a forma de lei orçamentária.

A Comissão Mista de Orçamento já tem se reunido em Brasília e nas várias regiões do País no sentido de ouvir os Parlamentares da Comissão Mista de Orçamento, Deputados e Senadores, os Governadores dos Estados e segmentos organizados da sociedade para compor o que será a nova peça orçamentária.

Venho a esta Casa, Sr. Presidente, para lembrar a Deputados e Senadores e para dizer à sociedade brasileira que, até o próximo dia 17, todos nós, Parlamentares, teremos que apresentar à Comissão Mista de Orçamento as nossas emendas, para que sejam por ela apreciadas nos prazos legais e possam ser discutidas e votadas.

Há, afi, dois aspectos importantes a serem considerados. O Congresso Nacional deve votar o Orçamento até o último dia da atual Legislatura. Isso equivale a dizer, se a Mesa não me corrigir, que até o dia 15 de dezembro o Congresso Nacional deverá ter votado o novo Orçamento brasileiro. Não o votando até essa data, o Congresso Nacional estará automaticamente reconvocado para, até 31 de dezembro no máximo, discutir e votar o Orçamento Geral da União.

Nos anos anteriores, sabem bem os Srs. Parlamentares, a Comissão Mista de Orçamento e o Congresso Nacional não conseguiram cumprir esses prazos regimentais. Neste ano de 1996, o Orçamento que está sendo executado só foi definitivamente votado pelo Congresso Nacional no mês de março ou no mês de abril.

É disposição clara das lideranças políticas, das lideranças de todos os partidos, da Câmara e do Senado, que este ano o Congresso Nacional cumpra os seus prazos e entregue ao Governo Federal e ao País a Lei Orçamentária, discutida e votada, antes que o próximo ano se inicie. Por que isso é fundamental? Em primeiro lugar, porque é muito difícil explicar aos países estrangeiros, e à própria população brasileira, como o Brasil começa o seu ano, entra no dia 1º de janeiro, sem ter o Orçamento aprovado.

Não só no que diz respeito ao pagamento de pessoal, mas principalmente no que diz respeito ao planejamento dos investimentos do País, tendo em vista a estabilidade econômica que experimentamos atualmente, é fundamental que todos os brasileiros, que a sociedade brasileira como um todo tenha o direito de, antes do dia 1º de janeiro, saber onde serão gastos os recursos dos seus impostos.

É preciso que o Congresso Nacional, ao cumprir a sua parte, ao cumprir os seus prazos, dê à sociedade brasileira o legítimo direito de conhecer, com antecedência, como vai o Governo Federal gastar cada real que irá arrecadar no ano de 1997. Esse é um direito do regime democrático. Mais do que isso, a origem do próprio Congresso Nacional remonta à idéia da aprovação do Orçamento. A principal missão do Congresso Nacional, em qualquer estado democrático, é justamente preparar o Orçamento do Governo Federal.

Ora, a primeira coisa que deve merecer, portanto, a atenção dos Srs. Parlamentares é o esforço que o Congresso Nacional terá que fazer, a partir de agora, para recolher as emendas parlamentares, discuti-las e votá-las nas subcomissões e, depois, na Comissão Mista de Orçamento, para, finalmente, em plenário, poder aprovar a peça orçamentária que val vigorar no próximo ano. E deverá fazer tudo isso cumprindo os prazos regimentais e dando direito aos segmentos organizados da sociedade brasileira de discutir, de criticar, de sugerir modificações no Orçamento ainda neste ano.

O segundo ponto que eu gostaria de frisar, Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores - e falo também aos Srs. Deputados Federais -, é que, outra vez, ao se discutir o Orçamento Geral da União, faz-se ne-

cessária uma reflexão sobre a origem das emendas parlamentares que vão compor, que vão modificar esse Orçamento.

A experiência recente nos ensina que as emendas individuais, além de muitas vezes pulverizarem os recursos públicos, acabam colocando o Congresso Nacional e vários de seus Parlamentares em situação no mínimo delicada, em situação questionável. Sabe a sociedade brasileira, sabe a imprensa e sabem os Srs. Parlamentares que, num Orçamento Fiscal apertado como este, tendo o Governo Federal que administrar a escassez de recursos, não havendo mais, no perfodo pós-estabilidade econômica, o famoso ganho inflacionário, é preciso mais do que nunca que os recursos públicos sejam alocados nas prioridades escolhidas junto com a sociedade, de forma a não pulverizá-los, de forma a não dar origem às famigeradas obras inacabadas, porque começam com recursos insuficientes para sua conclusão. Enfim, é preciso que o Orçamento Geral da União reflita o novo momento que a sociedade brasileira vive, um momento de seriedade na aplicação dos recursos.

A Executiva Nacional do PSDB, o meu Partido, reunida há duas semanas, analisando essa questão orçamentária e acolhendo uma proposta do Deputado Wilson Campos e minha, deliberou que o Partido da Social Democracia Brasileira pretende, através de seus Deputados e de seus Senadores, não fazer emendas individuais ao Orçamento Geral da União. O PSDB, Partido que elegeu o Presidente da República e que apresenta ao País um projeto de Nação brasileira, pretende, com isso, dar o primeiro exemplo, mexer a primeira pedra.

No entanto, para isso, seria necessário que se criasse, no âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, e no Congresso Nacional, a figura da emenda partidária. Havendo partidos que não têm representação parlamentar em algumas Unidades da Federação e outros cuja distribuição dos seus representantes não é homogênea, é necessário que os partidos políticos, num momento em que estão se fortalecendo, apresentem emendas que reflitam a idéia, o pensamento de seus parlamentares.

Com essa proposta da criação da emenda partidária, poderíamos, no Congresso Nacional - falo de todos os partidos políticos e de todos os Deputados e Senadores -, promovermos um avanço importante no sistema democrático.

Em primeiro lugar, teríamos apenas emendas coletivas. Já existe hoje a figura das emendas coleti-

vas de bancada e a figura das emendas coletivas de comissão temática. Cada parlamentar poderia apresentar as suas emendas através das emendas coletivas de bancada e das comissões temáticas e, além disso, das emendas coletivas partidárias.

A grande novidade é que o partido político, através de sua direção nacional, seria o responsável pelo conteúdo, pelo objetivo e pela origem de cada uma das emendas. Não só estaríamos diminuindo enormemente o número de emendas ao Orçamento, porque não teríamos mais as 12.600 emendas individuais, como também estaríamos fortalecendo os partidos políticos. Todos nós sabemos que não há democracia forte sem o fortalecimento dos partidos políticos.

Lanço, portanto, no Congresso Nacional, nesta antevéspera de eleição municipal, uma proposta do PSDB a todos os outros partidos políticos que se fazem aqui representar, tanto aos que apóiam o Governo Fernando Henrique como aos que lhe fazem oposição. A proposta é que todos nós, reunidos, possamos dar uma demonstração de evolução política a este País ao criarmos a figura das emendas partidárias e acabarmos com a idéia das emendas individuais.

Claro que os Srs. Deputados e os Srs. Senadores poderiam apresentar propostas de emendas individuais, mas, agora, aos seus partidos. E os partidos, com o limite de emendas individuais - que, pela proposta do PSDB, seria, no máximo, igual a três vezes o número de seus parlamentares -, seletcionariam, pelo mérito, pelo conteúdo, pelo programa partidário, as emendas que deveriam ter a chancela de todos os seus Parlamentares. Seriam, portanto, emendas coletivas, emendas partidárias.

É claro que isso, além de fortalecer a figura do partido político, iria facilitar enormemente o trabalho da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, que teria de analisar apenas as emendas coletivas de bancada, por Unidades da Federação, as emendas coletivas de comissões temáticas e as emendas coletivas dos partidos políticos.

Estaríamos fugindo da tradição de pulverizar recursos públicos, como naquele exemplo nefasto da velha ponte do interior, que começa a ser construída com orçamento dez vezes menor do que o seu custo e nunca é concluída; a cada ano, parlamentares da região alocam tostões a essa ponte e ela nunca é concluída.

O País tem que aprender a lição de que tem hoje mais de 1.500 hospitais cujas obras foram iniciadas e não foram concluídas. Não teria sido mais

lógico ter começado apenas 200 ou 300 hospitais e tê-los todos concluídos e funcionando? Por que começamos tantas obras e nunca terminamos? Exatamente porque os recursos da União são pulverizados e não são suficientes para concluir cada uma das obras.

Não quero, Sr. Presidente, Srs. Senadores, ter nenhuma consideração sobre a história e o passado das emendas individuais na composição dos orçamentos do início desta década. A sociedade brasileira sabe tudo o que aconteceu.

O Congresso Nacional, as lideranças políticas estão amadurecendo neste processo de redemocratização do País. Desde que reconquistamos o direito de votar para Presidente da República, desde que reconquistamos o direito de termos uma democracia plena, todas as suas lideranças políticas têm feito um grande aprendizado. É inequívoco que o País tem evoluído e que as instituições democráticas têm se fortalecido. Porém, mais do que isso, não podemos nos acomodar. É preciso aprender com os ensinamentos da experiência dos anos anteriores e caminhar olhando à frente o futuro deste País.

O Sr. José Eduardo Dutra - Permite-me V. Ex^a um aparte, Senador José Roberto Arruda?

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Com o maior prazer, Senador José Eduardo Dutra.

O Sr. José Eduardo Dutra - Senador José Roberto Arruda, estava ouvindo atentamente o pronunciamento de V. Ex^a. Quero registrar que não posso ainda falar oficialmente em nome do meu Partido, mas vejo com bons olhos a proposta apresentada por V. Ex^a. Vou levá-la para debate no meu Partido e acredito que, pelo menos neste particular, o PT e o PSDB, que têm divergido bastante em outros temas, devam convergir. Concordo plenamente que as emendas individuais pulverizam o Orçamento e dificultam até a elaboração de um plano de metas mais concatenado em nível nacional, que estabeleça prioridades nacionais levando em consideração as desigualdades regionais. Enfim, penso que, se o Congresso Nacional der esse passo, estaremos contribuindo bastante para o aperfeiçoamento do processo de elaboração do Orçamento e também para o próprio desenvolvimento do País. Inclusive, não apresentei emendas individuais no ano passado e não pretendo apresentá-las este ano. No caso de Sergipe - sou de um Partido que não é o mesmo do Governador -, conseguimos, através de um amplo processo de debate, apresentar emendas assinadas por toda a Bancada. Acredito que esse processo, como aconteceu em Brasília e em outros Estados, é

bem melhor do que a pulverização. Com essa novidade que V. Ex^a está apresentando, da possibilidade de emendas partidárias, estaremos contribuindo para esse aperfeiçoamento, sem prejuízo das diferentes visões quais os diversos partidos devem ter. Gostaria de parabenizar V. Ex^a e, desde já, reafirmar o meu apoio a essa posição. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ ROBERTO ARRUDA - Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador José Eduardo Dutra, e fico particularmente feliz com a possibilidade de o PT unir-se à idéia de criarmos as emendas coletivas partidárias para substituir o que se tem hoje, ou seja, as emendas individuais.

O Senador José Eduardo Dutra registra que ele próprio viveu a experiência de não fazer emendas individuais ao Orçamento. Em Brasília, como S. Ex^a citou, também fizemos essa experiência no ano passado. Somos três Senadores e oito Deputados Federais, dos mais diversos Partidos, e conseguimos um acordo pelo qual os onze Parlamentares abriram mão de suas emendas individuais em favor apenas das dez emendas coletivas, em benefício de Brasília.

Algumas pessoas chegaram a me questionar, na rua, pelo fato de eu estar filiado ao PSDB e o Governador de Brasília ser de outro Partido. Respondi, sempre que questionado a respeito, que não se tratava de fazer emendas coletivas em benefício do Governador ou do seu Governo; tratava-se de fazer emendas coletivas em benefício de Brasília, em benefício do Distrito Federal.

O próprio Governador entendeu isso e até deu as suas sugestões. A Bancada de Deputados Federais e a Bancada de Senadores discutiram com profundidade cada uma das sugestões do Governo local. Obviamente, recolheram-se também sugestões dos próprios Parlamentares. Fizemos dez emendas coletivas, economizando, assim, 220 emendas individuais. Somos onze Parlamentares, se cada um poderia apresentar 20 emendas individuais, deixamos de pulverizar recursos em 220 emendas. Com as dez emendas coletivas tivemos um bom resultado, porque elas foram, efetivamente, aprovadas; a grande maioria teve recursos alocados, possibilitando que o Governo local pudesse executar obras e cumprir compromissos dentro do que era o interesse maior de Brasília.

A grande verdade, Senador José Eduardo Dutra, é que, quando todos os Parlamentares de um determinado Estado, de partidos diferentes, são obrigados a se sentarem à mesa e, acima de suas eventuais divergências partidárias ou de outra ordem, discutirem o interesse do seu Estado, é claro

que chegam à superfície as prioridades do Estado, e não as prioridades de um ou de outro partido, de um ou de outro Parlamentar. Quem ganha com isso é a sociedade, e esse é um exercício importante de convivência democrática.

Nós, da Bancada de Brasília, estamos reiniciando, neste momento, o nosso processo de discussão. Já temos a proposta, outra vez, de fazermos emendas coletivas, abrindo mão de emendas individuais. A experiência do ano passado foi bem-sucedida e pretendemos repeti-la este ano.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, acima de tudo, entendo que o PSDB, ao tomar essa decisão, por unanimidade da sua Executiva, e ao colocá-la ao exame dos seus Parlamentares e dos mais diferentes partidos que têm representatividade no Congresso Nacional, pretende dar um passo à frente na questão da elaboração do Orçamento. Essa questão é fundamental, em primeiro lugar, para a imagem do próprio Congresso Nacional e, em segundo lugar, para a própria instituição, para o fortalecimento da instituição.

O Congresso Nacional existe, prioritariamente, exatamente para discutir, votar e aprovar o Orçamento Geral da União. Aprimorar os métodos pelos quais esse Orçamento é feito significa aprimorar o próprio funcionamento da instituição democrática que é o Congresso Nacional.

Esperamos que os demais partidos políticos possam fazer suas sugestões e críticas a essa proposta, obviamente democraticamente. Ela está aberta ao exame dos outros Partidos, mas temos convicção de que esse será um passo importante no aprimoramento do regime democrático se o Congresso Nacional tiver a coragem de criar a figura da emenda partidária, provocando, inclusive, a discussão dos Parlamentares de uma mesma legenda no âmbito dessa legenda, fortalecendo a figura do partido político dentro do Congresso Nacional.

Mais do que isso, Sr. Presidente, é preciso tornar claro ao País que, muitas vezes, o Congresso Nacional é visto pela sociedade pelas suas mais diversas Bancadas - Bancada ruralista, Bancada de empresários, Bancada egressa dos meios sindicais - , e, diga-se de passagem, todas elas constituídas com legitimidade. Reconhecemos que a formação de Bancadas suprapartidárias é legítima, mas é preciso que haja, nesta Casa, sobretudo uma grande bancada, a Bancada do povo, aquela que represente o interesse da sociedade como um todo.

A formação política brasileira estabelece que essa bancada, que deve estar aqui defendendo o in-

teresse do mais humilde até o do mais importante cidadão brasileiro, deve-se dar através dos partidos políticos. Ora, se fortalecemos os partidos políticos, se dermos a eles missões, responsabilidades no processo legislativo, dentro do Congresso Nacional, estaremos fortalecendo as bases do próprio regime democrático.

Eu, particularmente, como Parlamentar, nunca apresentei emenda individual e pretendo nunca fazê-lo. Entendo que ela não contribui nem com o País, nem com o Governo Federal, nem com a sociedade brasileira. Estarei permanentemente atento no sentido de que, através dessa ou de outras sugestões que venham a surgir, possam os Parlamentares saírem das tradicionais emendas individuais para agrupar as suas idéias em emendas coletivas, naquelas que já existem, como no caso das emendas de bancada e de comissões temáticas, e naquelas que venham a existir, como no caso proposto das emendas partidárias.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Roberto Arruda, o Sr. José Eliodoro Dutra deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Bello Parga.

O SR. PRESIDENTE (Bello Parga) - Concedo a palavra ao nobre Senador José Eduardo Dutra.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA (PT - SE) - Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, gostaria de, na tarde de hoje, tecer alguns comentários sobre um tema que está sendo colocado na conjuntura nacional artificialmente, aumentando-se a sua importância e a sua prioridade. Refiro-me à questão da reeleição, particularmente do Presidente da República, porque, na verdade, esse é o objetivo principal dos que a defendem, mas também da reeleição de modo geral para os atuais detentores de mandato.

Quero registrar que o meu Partido ainda não tem uma posição oficial sobre o assunto, portanto, quero exprimir minha opinião particular que, segundo contatos que tenho tido com dirigentes do meu Partido, talvez venha a ser adotada.

Entendo que o princípio da reeleição, em tese, é um direito democrático, e a população deve ter o direito de reeleger alguém que entenda estar fazendo um bom trabalho, seja como Prefeito, Governador ou Presidente. Entendo também que os detentores desses mandatos devam ter, em tese, o direito de postular sua reeleição.

Essa discussão não poderá ser colocada apenas no campo da tese, do abstrato, transplantando

experiências de outros países para o Brasil, sem levarmos em consideração a própria realidade brasileira e as práticas que norteiam a política do Brasil.

É inegável que nossa História mostra uma utilização excessiva, imoral e, muitas vezes, criminoso da máquina pública no processo eleitoral. Isso acontece em nível federal, estadual e, particularmente, nas pequenas cidades do nosso País.

Esse é um fato que não podemos deixar de registrar e que também deve ser levado em consideração quando discutirmos a questão da reeleição. Entendo que, paralelamente à discussão da possibilidade da reeleição, seja necessário nos debruçarmos no sentido de criarmos mecanismos mais eficientes e ágeis para evitar a utilização da máquina pública no processo eleitoral. Sabemos que se isso é feito hoje em prol de um candidato do mesmo Partido do Presidente, com certeza, mantida a atual prática e a atual legislação, com a reeleição, passaria a ser feito ainda de forma mais escandalosa. Se queremos discutir a possibilidade do princípio da reeleição, é necessário que inventemos mecanismos mais eficientes.

Seria necessário até introduzir a possibilidade da reeleição com desincompatibilização, que é apresentada por alguns como uma contradição, em termos. Mas se existe a desincompatibilização para Ministros, Secretários de Estados e todos aqueles que exercem cargos executivos, já há algum tempo, antes das eleições, por que não introduzirmos também a possibilidade da reeleição com desincompatibilização do governante? Ele se afastaria por três ou quatro meses e, se for reeleito, terá todo o outro mandato.

Esses são os pontos, que, a meu ver, devem nortear a discussão da reeleição.

O outro ponto é para quem ou a partir de quando deve valer. A política brasileira é recheada de exemplos de casuísticos. Precisamos, inclusive, estabelecer um princípio de tentarmos elaborar uma legislação eleitoral e regras do jogo eleitoral permanentes, perenes, que não se modifiquem a cada eleição, que não se modifiquem ao sabor das flutuações e das conjunturas políticas, como tem acontecido no Brasil. E por isso - essa é uma outra posição minha - , em sendo aprovado o princípio da reeleição, ele deveria valer para os próximos governantes, tanto para Governadores como para Presidente da República etc.

Sabemos, pois já começou a dar sinais, como vai ser esse debate aqui no Congresso Nacional. Haverá cenas de fisiologismo explícito quando a matéria vier à discussão. De repente, inclusive, parece que todas as outras reformas, que eram apresenta-

das pelo Presidente da República como necessárias e fundamentais para a estabilidade do Plano Real e para o Brasil, ficaram em segundo plano, não são mais tão importantes como a reeleição. Já estão falando inclusive em convocação extraordinária do Congresso Nacional só para votar a reeleição. E já podemos perceber, a partir de sinais emitidos através da imprensa por Ministros, como será travada essa discussão aqui no Congresso Nacional.

O Presidente da República, em entrevista, disse aquilo que todos nós já sabíamos, que se dispõe a disputar a reeleição. E diz que, se for aprovada a reeleição, teria que valer também para Sua Exceléncia porque, caso contrário, seria um casuismo. Ora, que me desculpe o Senhor Presidente da República, mas aí é forçar um pouco demais a barra. É justamente o contrário: casuismo é a aprovação da reeleição para os atuais mandatários, porque eles foram eleitos sem esse princípio.

E aí se diz que quatro anos é muito pouco. Mas, então, vamos relembrar porque o mandato foi reduzido para quatro anos. Outro casuismo! Mais uma demonstração de como se faz a legislação eleitoral neste País. Reduziu-se para quatro anos pensando no "monstro" Lula. Era o momento em que todas as pesquisas de opinião davam como certa a vitória de Lula, não se imaginava que iria surgir um Plano Real, não se imaginava que iria mudar toda a conjuntura e, então, reduziu-se o mandato. E não foi aprovada também a tese da reeleição, porque não se poderia dar a possibilidade de reeleição ao Lula.

Agora, de repente, diz-se que casuismo é aprovar o princípio da reeleição só para os outros. Mesmo que a questão principal não seja essa do casuismo, defendo que deveria valer para os outros, baseado até em um argumento que foi apresentado aqui, uma vez, pelo Senador Jefferson Péres: se valer para o atual governante, a discussão vai ser embasada por uma intensa troca de favores, de cargo e de favorecimentos, justamente para poder viabilizar a aprovação da reeleição.

O Sr. Eduardo Suplicy - Permite V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Com muito prazer.

O Sr. Eduardo Suplicy - Senador José Eduardo Dutra, V.Ex^a traz o tema da reeleição que, mais uma vez, ganhou fôlego no âmbito da imprensa e dos meios de comunicação. Neste domingo, pela manhã, tive a oportunidade de fazer uma visita ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, para entregar a Sua Exceléncia o livro Pleno Emprego Recon-

quistado, de James Edward Meade - que recebi de sua filha -, Prêmio Nobel de Economia, falecido em dezembro último. Fui convidado a subir e conversamos algum tempo sobre o tema da reeleição. O Presidente dizia que tinha acabado de ser publicada uma entrevista de primeira página, do jornalista Ello Gaspari, nos jornais **O Globo** e **O Estado de S. Paulo**, em que Sua Exceléncia admitia a possibilidade de disputar a reeleição, caso aprovada a emenda constitucional sobre a questão. E disse ainda que o tema estava sendo colocado na imprensa não por vontade dele, mas por seus Ministros, pelos jornalistas, pela imprensa. Ora, o Presidente tem autoridade sobre os seus Ministros e, obviamente, está havendo um movimento nessa direção por parte da imprensa e de alguns órgãos, tanto que foi feita uma pesquisa entre industriais da FIESP, divulgada ainda nesta semana, sobre a existência de um movimento articulado nessa direção de alguns segmentos aos quais está interessando a reeleição. Ponderei, então, ao Presidente da República que parece mais saudável o princípio da rotatividade, haja vista os inúmeros exemplos nas mais diversas organizações e instituições. Temos como exemplo o próprio rodízio entre os Líderes de Bancada, na Câmara e no Senado, que possibilita, a cada ano, que novos Parlamentares venham a consolidar a sua liderança. Neste ano, por exemplo, V. Ex^a mesmo tem se consolidado como um Líder de expressão nacional e acredito que o sistema de rodízio têm contribuído para isso. O que percebo é que, nas próprias hostes governamentais, na base dos Partidos que apóiam o Governo, parece-me que estão inibidos aqueles que seriam potenciais candidatos à Presidência da República. A começar pelo próprio vice-Presidente Marco Maciel que, hoje, concede entrevista a favor da reeleição, muito embora sempre tivesse sido contrário - segundo ele, estaria mudando de opinião. Mas é claro que, se o seu chefe está se declarando candidato à reeleição, como é que, em nome da unidade de Governo, poderia o vice-Presidente dizer que aspiraria à Presidência da República? Acho que já há uma dificuldade pessoal para a primeira pessoa na linha de autoridade de Governo, que é o vice-Presidente, logo depois do Presidente. Depois, os Governadores: digamos o Governador do Ceará, que é o Presidente do PSDB, Tasso Jereissati, que muitas vezes é considerado como possível opção; S. Ex^a não pode ficar falando, sob pena de colocar em risco a unidade da base de sustentação do Governo, em ser candidato à Presidência. Mesmo aqueles que assim advogam. Digamos o próprio Go-

vermador Mário Covas, de São Paulo, que uma vez já foi candidato à Presidência, é um Governador que procura ter um desempenho sério e, obviamente, terminará seu mandato em 1998; seria natural que, sendo uma das grandes Lideranças do Partido, viesse a considerar a possibilidade. Assim também aqueles Senadores que compõem a base de sustentação do Governo, quais sejam, as expressões do PFL, do PSDB ou do PMDB. O Senador Antonio Carlos Magalhães, seu filho Luiz Eduardo Magalhães, que é Presidente da Câmara e figura de destaque hoje, cada um desses Parlamentares parece que só tem possibilidade de falar sobre o tema da reeleição. Quando há uma organização que funciona bem, sob liderança que sabe criar novas lideranças com equilíbrio, normalmente acontece aquilo que se passa hoje em Porto Alegre: Olívio Dutra teve uma gestão considerada altamente positiva, criou novas lideranças e passou o bastão para Tarso Genro; este tem Raul Ponte como seu vice-Prefeito e, naturalmente, tornou-se candidato a prefeito - com mais de 50% da preferência, está prestes a ganhar a eleição. Está af um exemplo de que o rodízio de lideranças, o princípio da não-reeleição é positivo. Por outro lado, o Presidente Fernando Henrique me disse que não estava tão convencido sobre a questão da reeleição no âmbito das cidades, e comentou comigo que all em São Paulo, por exemplo, o Prefeito Paulo Maluf estava abusando da máquina administrativa em favor do seu candidato Celso Pitta, e isso o deixava com dúvidas. E em todos os demais municípios brasileiros. Seria o caso de se instituir o princípio da reeleição para a Presidência da República e não para Governos Estaduais e Prefeituras? O Presidente, naturalmente, já tem tal poder de concentração só pelo fato de ser Presidente e os meios de comunicação estarem registrando, pela natureza do seu cargo, diariamente, as suas ações, que é quase impossível um equilíbrio na cobertura das ações daquele que é o Presidente da República e de alguém que seja também candidato, na Oposição. Na atual circunstância, vejo isso como uma dificuldade extraordinária. Então, prezado Líder José Eduardo Dutra, continuo considerando que será mais adequado ao Brasil manter-se o princípio da rotatividade, o princípio da não-reeleição. Essa será uma atitude saudável. Será melhor para o Presidente da República que os Partidos de sua base de sustentação indiquem seu sucessor, porque do contrário a Inibição acabará prejudicando sua própria sucessão. Felizmente, haverá um número muito grande de potenciais candidatos à Presidência nos diversos Partidos

de Oposição. Por outro lado, o processo democrático no Brasil poderá ser um sistema o mais aperfeiçoado possível, onde consigamos neutralizar sobre tudo o abuso do poder econômico e da máquina administrativa, seja no âmbito municipal, estadual ou federal.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Obrigado, Senador Eduardo Suplicy. V. Ex^a introduz mais alguns temas para reflexão, mas me chamou a atenção uma passagem do aparte de V. Ex^a: a preocupação do Presidente da República com relação à hipótese de reeleição para prefeitos, sobre o que Sua excelência não tem tanta segurança e apresenta alguns argumentos que, a meu ver, buscam apenas dourar a vontade do casuismo.

O que já se comenta nos bastidores é que estão querendo propor a reeleição só para Presidente, e por um motivo muito simples. A verdade relativa ao assunto não está relacionada a reflexões sobre a extensão ou não do princípio para governadores e prefeitos; o que está por trás disso é a dificuldade de se aprovar a reeleição para governadores. Creio, Senador, que o motivo pelo qual não foi aprovada a reeleição para os atuais prefeitos é o fato de existirem mais de 100 deputados candidatos a prefeito este ano - por isso não foi aprovada a reeleição dos atuais -; da mesma forma, a possibilidade de reeleição para governadores dificulta a aprovação da emenda à reeleição aqui no Senado, porque tenho certeza de que vamos ter, daqui a dois anos, pelo menos uns 20 senadores candidatos a governador. Como os que são candidatos ao Governo Estadual encaram os atuais governadores como adversários mais difíceis, começam, nos bastidores, a dar notícias de que esse fato dificultaria a hipótese da reeleição em todos os níveis. Então, já estão começando a arrumar discursos para justificar um casuismo ainda maior que é aprovar a reeleição só para Presidente da República. Se queremos discutir o princípio da reeleição tem que valer para todos. Há argumentos a favor e contra o princípio; entretanto, não se pode dizer que é válido para Presidente da República e não o seja para Prefeito, porque este usa a máquina. Ora, o Presidente não usa? O Governador não usa? Esse é mais um exemplo de como as colas se dão neste nosso Congresso.

Entendo que há uma série de questões que são prioritárias no aperfeiçoamento da nossa democracia, no fortalecimento da nossa Instituição democrática. Antes de se falar em reeleição - e penso até que isso tem que estar no bojo de uma discussão mais ampla sobre reforma política e institucional -,

há uma série de questões mais importantes para a democracia. Por exemplo, a fidelidade partidária; por exemplo, o impedimento a que Parlamentares troquem de Partido como trocam de camisa - alguns trocam de Partido antes da posse, e isso dá margem a toda a quelmação que se faz à classe política. Para a sucessão do Senado, já começaram as fofocas de troca de Senadores de um Partido para o outro para fortalecer esse ou aquele candidato à Presidência da Casa. Isso é muito mais importante do que a reeleição.

As distorções que existem no processo de representação política brasileira são absurdas. Por exemplo, a Câmara dos Deputados é a Casa que representa o povo brasileiro, os eleitores de um modo geral; entretanto, temos um sistema em que a diferença de votos para Deputados em todo o Brasil, entre o PFL e o PT, chega ao absurdo de, por exemplo, ser da ordem de menos de 1%, sendo que o PFL tem a Bancada de Deputados duas vezes maior que o PT, justamente em função das distorções da nossa representação. Este é outro ponto que temos que rediscutir.

Não tenho posição de princípio contra o voto distrital misto, mas existem alguns pontos que temos que registrar: que ele provoca distorções. No próprio caso da Alemanha, que é citado como exemplo a ser em parte copiado, há a situação do Partido Verde, que obteve mais de 10% dos votos da última eleição e não teve representação, em função das distorções que o voto distrital cria.

É muito bonito falar em voto distrital, mas quem vai definir os limites geográficos de cada distrito? Quando chegarmos na definição dos limites geográficos de cada distrito, af sim, vão começar as distorções que acabam prejudicando determinadas forças políticas em proveito de outras.

Enfim, entendo que devemos nos debucar sobre a reforma política e aperfeiçoar a democracia, e o princípio da reeleição está no bojo. Não entendo que ele seja prioritário. De repente, a reeleição passou a ter mais prioridade do que a reforma da Previdência, que diziam ser necessário que fosse aprovada logo. E ela está no Senado há não sei quanto tempo e sequer tem relator. Inclusive fiz um pronunciamento sobre isso há algum tempo. Eu sabia que o projeto não seria votado antes das eleições, já que o Governo não queria, por tratar-se de um assunto impopular. Mas que pelo menos se iniciasse a discussão, que se iniciassem as audiências públicas. Resultado: está totalmente parado o Projeto da Reforma da Previdência.

A reforma tributária o Governo esqueceu; preferiu fazê-la no varejo, aos poucos; aprovou o Fundo de Estabilização Fiscal, que vai lhe dar um certo fôlego, e aprovou agora a isenção do ICMS. O que deveria ser a primeira reforma a ser feita foi para as calendadas.

E, no entanto, a única reforma em que o Governo está interessado agora é a reeleição.

O Sr. Joel de Holland - Permite-me V. Ex^a um aparte, nobre Senador José Eduardo Dutra?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Concedo o aparte a V. Ex^a, Senador Joel de Holland, com muito prazer.

O Sr. Joel de Holland - Nobre Senador José Eduardo Dutra, quero apenas lembrar que precisamos distinguir duas coisas: a aprovação do princípio da reeleição e a reeleição do Presidente da República. Muita gente confunde as duas coisas. Quando fala em reeleição, fala sistematicamente na reeleição do Presidente da República, o que poderá não acontecer. O que estamos discutindo, sobretudo, é a possibilidade de o Presidente da República se candidatar. Sua Excelência vai se submeter a uma disputa em que poderá, inclusive, ser derrotado. Poderá acontecer o que acontece nos Estados Unidos, ou o que já aconteceu: dois Presidentes, pelo menos, tentaram se reeleger e não conseguiram. Então, é preciso distinguir inicialmente essas duas coisas. O meu Partido está discutindo o princípio da reeleição, cuja emenda é de autoria de um Deputado pernambucano, da minha Bancada. Mas estamos distinguindo, em princípio, esses pontos. Achamos que é democrática a reeleição, é importante para o Brasil, mostra maturidade política, mostra desenvolvimento político e vai ao encontro da manifestação da população, que terá de dizer o que pensa, aprovando ou rejeitando os governantes que forem submetidos à reeleição. Essa tendência hoje já está se verificando. Se observarmos o caso, por exemplo, do Rio de Janeiro, veremos que a população do Rio de Janeiro está votando no candidato apoiado pelo atual Prefeito, que tem a aprovação maciça da população. O mesmo está acontecendo em São Paulo. No meu Estado, na Capital, Recife, o candidato do Prefeito Jarbas Vasconcelos, que é pela oitava vez o melhor Prefeito, está ganhando a preferência da população. Ou seja, a população das capitais está votando naqueles candidatos que representam a continuidade e o êxito administrativos e o trabalho em favor da população. De modo geral, creio que existe a preocupação da população de que haja um direcionamento, uma constância de decisões acertadas e que

haja, sobretudo, racionalidade e bom uso dos recursos na Administração Pública. Por isso, vejo com naturalidade a discussão da reeleição. Volto a insistir que é preciso discutir a reeleição do atual Presidente da República, Senhor Fernando Henrique Cardoso, que poderá ser eleito ou não. Sua Excelência vai disputar com outros candidatos, vai se apresentar e a população brasileira vai julgá-lo outra vez. Com relação à posição do vice-Presidente Marco Maciel, a que se referiu o Senador Eduardo Suplicy, gostaria de lembrar que o vice-Presidente sempre se manifestou favorável a ampla reforma política. Ele acredita que dentro de uma ampla reforma política, partidária, eleitoral que verificasse a questão dos Partidos políticos, da fidelidade partidária, da representatividade das regiões, deveria também ser considerada a questão da reeleição. O Congresso Nacional é que está modificando o cronograma; é o próprio Congresso que está, através de Deputados e Senadores, modificando o cronograma dos trabalhos e dando mais ênfase à reeleição. Não é o Executivo, não é o vice-Presidente, mas o autor da emenda, no caso o Deputado Mendonça Filho, que vem, cada vez mais, obtendo apoio de segmentos importantes do Congresso, que vai definir esse cronograma.

Se o Congresso definir que se deve discutir uma ampla reforma político-eleitoral, nós o apoiaremos, estaremos considerando que é importante para o Brasil, como V. Ex^a falou: a questão partidária é muito grave, no País, a da representatividade, a do voto distrital, enfim, todos esses temas são importantes para aperfeiçoar o sistema político-eleitoral do Brasil. Mas cabe ao Congresso Nacional definir que cronograma quer, e me parece que o Congresso Nacional está-se direcionando para dar prioridade à reeleição. Portanto, é uma questão democrática que está sendo colocada e penso que, no fundo, é importante que o Brasil discuta essa questão, porque ela representa aperfeiçoamento político, ela representa avanço institucional, ela apenas acompanha o que já existe em vários países do mundo, que é um Presidente da República, ao final de seu período de mandato, ser novamente submetido ao julgamento do povo, da Nação.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Senador Joel de Hollanda, primeiro quero registrar que não faço confusão entre direito à reeleição e prorrogação de mandato de Presidente.

Discrevo quando V. Ex^a diz que quem está priorizando a discussão da reeleição é o Congresso Nacional, que modificou a agenda.

Sabemos muito bem que as coisas não se dão assim. As coisas, aqui, funcionam, também, por in-

dução do Executivo. As Lideranças do Governo no Congresso é que estão elegendo como prioridade o direito de reeleição para o atual Presidente da República.

Em segundo lugar, entendo que a continuidade administrativa necessariamente tem que ser com a mesma pessoa. Foi citado aqui o próprio exemplo dos candidatos que estão sendo apoiados pelos prefeitos que estão tendo uma boa administração.

A população pode preferir, inclusive, que haja continuidade administrativa, mas com rodízio da pessoa. E essa questão da continuidade administrativa está perpassando todos os Partidos. Temos o exemplo do nosso Prefeito, em Porto Alegre. Inclusive, a grande dúvida não é quem vai ser o prefeito de Porto Alegre agora, mas quem será o vice do Fortunati em 2000, já que Fortunati será eleito prefeito no ano 2000 e o seu vice será o prefeito de Porto Alegre em 2004. São estes os chistes que estão ocorrendo na campanha.

Concluindo a resposta ao aparte do Senador Joel de Hollanda, eu gostaria de dizer que nesse caso concordo com a opinião que era a do vice-Presidente Marco Maciel - não sei se ainda é; até em função daquilo que foi colocado pelo Senador Eduardo Suplicy, é possível que S. Ex^a tenha mudado de opinião - e essa tem sido, de modo geral, a linha do meu pronunciamento. Aceito discutir a tese da reeleição no bojo de uma ampla reforma política, porque entendo que existem questões mais importantes do que a própria reeleição em si, como corrigir as distorções da representação, a fidelidade partidária etc., que, a meu ver, são aperfeiçoamentos mais urgentes para a democracia brasileira.

O Sr. Edilson Lobão - Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Com muito prazer, concedo o aparte ao Senador Edilson Lobão.

O Sr. Edilson Lobão - Não posso deixar de concordar com V. Ex^a que a reforma política é uma necessidade. O ideal seria que o programa da reeleição viesse no bojo da reforma política. Suponho que isso seria o desejável, até por todos nós. Quanto ao fato de que o Governo sempre tem o poder da indução, tanto na Câmara quanto no Senado, é verdadeiro também. V. Ex^a cita uma realidade que não é presente apenas em relação a este Governo, mas a todos. Até mesmo o antigo Governo João Goulart tinha capacidade de indução nas duas Casas do Congresso Nacional. Portanto, esse é um procedimento normal da via democrática em nosso País. Sobre o problema fundamental, da reeleição, eu di-

ria que sou inteiramente favorável. A reeleição depende fundamentalmente de quem? Do eleitor. A maioria elegerá ou reelegerá quem, no seu entendimento, estiver governando bem. Pode-se discutir apenas, suponho, a questão de a sua vigência ocorrer a partir do atual mandato. Mas, quanto à idéia de a reeleição constar do corpo permanente da Constituição Federal, creio que a Nação inteira está de acordo com isso.

O SR. JOSÉ EDUARDO DUTRA - Muito obrigado, Senador Edison Lobão.

Quero apenas recapitular o início do meu pronunciamento, quando disse que, realmente, em tese, defendo a reeleição.

Existe um princípio da democracia segundo o qual deve haver o direito à reeleição, o direito de as pessoas escolherem o mesmo Presidente da República, Prefeito ou Governador; mas existe um outro que, a meu ver, ainda não temos os instrumentos necessários para garantí-lo: o princípio da igualdade entre os candidatos. O fato de o candidato já ser Prefeito, por exemplo, até pela sua exposição natural - Prefeito, Governador ou Presidente da República -, o torna mais conhecido do que os outros candidatos.

Creio que essa desigualdade deve-se limitar a isto: na medida em que é candidato, ele deve, em tese, ter as mesmas condições daqueles com os quais está concorrendo, independentemente, por exemplo, de ele ser Prefeito, de executar a sua administração e de exercer o seu mandato.

Eu gostaria de agradecer todos os apartes e registrar essa minha preocupação. Sem dúvida alguma, à época de votarmos essa matéria, haverá muitas manifestações de fisiologismo explícito, de barganhas políticas, de tráfico de influência etc., como já vem sendo demonstrado pelas manifestações de alguns Ministros. Espero que o debate se limite à matéria em si e que deliberemos pensando no que é melhor para o Brasil, e não apenas no que é melhor conjunturalmente para esse ou aquele Presidente da República.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Eduardo Dutra, o Sr. Bello Parga, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. João França.

O SR. PRESIDENTE (João França) - Concedo a palavra ao nobre Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL-PE) - Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, o Brasil, como País em desenvolvi-

mento e emergente, necessita, para se tornar grande e sair mais facilmente da crise econômica que o afeta, descobrir qual atividade lhe é mais propícia, qual poderá proporcionar-lhe melhor retorno em menos tempo e com custos mais reduzidos. As possibilidades poderiam ser várias e encontradas tanto no campo da industrialização quanto no do turismo ou na agricultura.

Embora tenhamos no campo industrial algumas ilhas de excelência, não parece ser essa a nossa tendência mais forte, por se tratar de um setor muito seletivo e competitivo, que demanda muitos investimentos, muita tecnologia e muito saber. Seria bom se enveredássemos por essas trilhas. Entretanto, ainda que pudéssemos contar com grandes somas de recursos para investimentos em pesquisas científicas e desenvolvimento tecnológico, os resultados só apareceriam a longo prazo. Isso, porém, não invalida que continuemos a nos esforçar para atingir patamares industriais mais desenvolvidos, imbuídos, porém, da consciência de que a obtenção de resultados positivos será uma tarefa penosa e demorada.

O tamanho do nosso território e a beleza da natureza parecem sugerir que no turismo poderíamos nos dar bem. Não resta dúvida de que muito teríamos a oferecer ao mundo nesse campo e que, com uma estrutura bem montada, em pouco tempo o Brasil poderia se transformar num importante ponto de convergência do lazer mundial, podendo oferecer atração para todos os gostos e anseios, por causa da exuberância e da diversidade de seu território e de seu clima. É bem verdade que teríamos que enfrentar algumas barreiras e algumas dificuldades para compensar a distância que nos separa dos grandes centros do mundo e para melhorar a nossa infra-estrutura ainda bastante deficiente. Não resta dúvida, porém, de que, no médio prazo, o Brasil poderá obter significativos dividendos com a exploração turística.

Na agricultura, creio estar nossa grande vocação e a nossa grande oportunidade para crescemos e nos desenvolvermos, no curto prazo, sem depender de grandes investimentos. Infelizmente, o nosso povo e os nossos dirigentes ainda nutrem uma idéia de que a agricultura não é coisa séria nem é uma atividade de nível elevado que mereça uma atenção especial. Ao longo da nossa história, a agricultura sempre foi considerada uma atividade subalterna e, por isso, não prioritária. De uns tempos para cá, tem-se procurado mudar essa mentalidade, mas os resultados ainda são tímidos ante quase 500 anos

de história que plantaram fundo essa idéia na mente do nosso povo e no âmago da nossa cultura.

Valorizar a agricultura é a forma mais fácil, rápida e barata de se criarem empregos e, por consequência, de se revolverem os graves problemas sociais que afligem o nosso povo, que tem no subemprego ou no próprio desemprego a sua fonte de alimentação. De acordo com estudo elaborado pelo BNDES, R\$1 milhão geram 46 empregos no setor financeiro, 104 no petroquímico e 405 no agropecuário.

Se a questão fosse analisada tão-somente por esse prisma, já haveria argumentos mais do que suficientes para justificar investimentos maciços na agricultura. Existem, entretanto, outras justificativas, e o próprio setor agropecuário é pródigo no oferecimento de alternativas a quem quer a ele se dedicar. Dentre essas, destacamos uma, por oferecer compensações mais significativas àqueles que a exploram: a fruticultura. Enquanto na produção de grãos, pode-se obter um faturamento bruto entre R\$300,00 e R\$600,00 por hectare, na produção de frutas esse faturamento pode variar entre R\$1 mil e R\$20 mil. Com R\$10 mil investidos em fruticultura, podem ser gerados 3 empregos diretos e 2 indiretos, o que a coloca num patamar melhor que o da agropecuária, que gera 4 empregos com o mesmo investimento.

Apesar de todas as vantagens inerentes a essa atividade, a fruticultura nacional está passando por um momento bastante delicado e difícil, já que, internamente, sofre a livre concorrência de frutas importadas e, externamente, vê reduzir-se cada vez mais o volume das exportações.

No mercado internacional, temos dificuldades em vender os nossos produtos, por duas razões primordiais: preço e qualidade. As nossas frutas são caras não por ser oneroso produzi-las, mas por causa da carga tributária que as afeta: há impostos em cascata sobre o produto; paga-se imposto em todas as fases de produção e na exportação, o que nos transforma em exportadores de impostos; paga-se ICMS até mesmo sobre o produto destinado à industrialização.

Em documento elaborado por entidades ligadas à produção de frutas, a mim encaminhado, existem três exemplos que mostram bem o peso dos tributos no seu preço final. No tocante à maçã, os tributos indiretos, incidentes na fase de produção, somados aos tributos sobre a venda e sobre o lucro, correspondem a 38,21%; no que tange à manga, o percentual desses tributos é de 25,96% e, em se tratando do melão, de 25,67%.

As frutas brasileiras vendidas ao exterior estão ainda sujeitas a algumas taxas específicas: a infra-

ero cobra R\$30,00 por tonelada embarcada nos aeroportos. Como o preço das frutas oscila de US\$300 a US\$1 mil a tonelada, essa taxa onera o seu preço entre 3% e 10%. A emissão do Certificado de Origem pelo Banco do Brasil custa R\$66,70, o que pode ainda encarecer cada tonelada entre 6% e 20%. O reembolso do PIS/Pasep, através de compensação do IPI, é outro fator que penaliza a atividade frutícola; por não serem contribuintes do IPI, não podem os produtores fazer a compensação automática dessa contribuição a cada mês, devendo fazê-la só ao final do ano, sem, no entanto, qualquer previsão para o efetivo recebimento. Já são passados, por exemplo, quase 9 meses do ano de 1996 e, até agora, não há qualquer previsão quanto à devolução dos valores referentes ao ano de 1995.

Ainda no campo do comércio exterior de frutas, o Brasil, além de ter sofrido uma redução nas vendas de cerca de 30% nos últimos anos, está às voltas com uma nova ameaça vinda da Europa: a União Européia está propondo uma modificação geral nas tarifas de importação, atingindo em cheio alguns dos nossos produtos que terão uma majoração entre 23% para a polpa de banana e 185% para a polpa de papaia.

Em termos de qualidade, as barreiras fitossanitárias são um obstáculo de grande monta a ser vencido por nossos produtos, no comércio internacional. Os países da União Européia, o Japão e os Estados Unidos, calcados nessa exigência, criam as maiores barreiras à entrada de nossos produtos em seu território, algumas delas sem qualquer fundamento ou justificativa plausível. O fato é que temos muito a fazer para melhorar ainda mais a qualidade de nossas frutas.

Não fossem bastantes essas dificuldades, os nossos produtores passaram a enfrentar internamente a concorrência das frutas estrangeiras que entram em nosso mercado sem qualquer barreira. O Brasil é o único grande mercado que não impõe restrições ao produto importado: nem restrições alfandegárias, nem restrições fitossanitárias. Em decorrência disso, as nossas importações de frutas vêm crescendo vertiginosamente a cada ano: em 93, alcançaram o volume de US\$120 milhões; em 95, esse montante já subiu para US\$385 milhões, um acréscimo de 193,7% em apenas 2 anos; e, para este ano de 96, estimam-se importações de US\$400 milhões, mais de 3 vezes o volume de 3 anos atrás. Além disso, os importadores nacionais podem contar com linhas de crédito internacional com prazo de até 12 meses, enquanto que, para os exportadores de

produtos brasileiros, o crédito é de apenas 30 dias, o que os coloca em grande desvantagem em relação àqueles.

Num momento em que precisamos crescer, descobrir novos produtos e novos mercados; é imprescindível que esses entraves sejam removidos. A fruticultura é uma atividade em que o Brasil tem grandes possibilidades de crescer e ser competitivo. É imprescindível, porém, que haja um grande empenho das autoridades no sentido de levantar essas barreiras e equiparar as regras do nosso comércio às regras e práticas do comércio internacional. A carga precisa ser revista, de modo a não ser um ônus insuportável para aqueles que produzem. É necessário que esses produtores tenham crédito e incentivos para produzir. É preciso investir em pesquisas que redundem em maior qualidade e mais produtividade.

Além disso, o Brasil precisa ser mais agressivo e impositivo nas negociações que envolvem o comércio exterior. Recentemente, por exemplo, quando se tratou do estabelecimento de quotas para importação de automóveis, o volume anual destinado ao Japão foi aumentando de 40 mil para 50 mil veículos, em troca de quê? Que se saiba, de nada! Por que não negociar para que esse país também reduza as barreiras impostas aos nossos produtos, mais especificamente às frutas, que não podem chegar ao mercado nipônico por causa de exigências fitosanitárias que consideramos exageradas?

Não faz muito tempo, foi aqui sancionada uma nova lei de patentes que acabou se transformando num grande presente especialmente às empresas farmacêuticas norte-americanas. Que vantagens ou favores foram obtidos para nossas empresas ou nossos produtos para que pudessem entrar mais livremente nos Estados Unidos? Que seja do nosso conhecimento nenhum!

O comércio internacional, nós bem o sabemos, é uma via de mão dupla, em que ninguém graciosamente concede benefícios a ninguém. O nosso mercado está se abrindo às empresas e aos produtos estrangeiros. É chegada a hora de exigir a contrapartida: que os países que desejarem vender aqui os seus produtos também se disponham, na mesma proporção, a adquirir os nossos produtos ou serviços. Só assim poderá haver equilíbrio. Só assim a abertura não se transformará num grande malefício para a nossa economia.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João França) - Concedo a palavra ao nobre Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPILCY (PT-SP) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, antes de trazer ao conhecimento desta Casa notícias sobre a palestra que realizei no VI Congresso Internacional da Rede Européia de Renda Básica e de relatar um pouco do que ocorreu no encontro realizado de 12 a 14 de setembro em Viena, na Áustria, manifesto a minha preocupação com respeito ao diálogo - ou à sua ausência - que se deve promover sobre a questão da reforma agrária, o Movimento dos Sem-Terra e a UDR.

Não ajuda, Sr. Presidente, o Ministro Nelson Jobim quando afirma que o Movimento dos Sem-Terra só quer sublevar o campo. Ontem, segundo a imprensa, "o Ministro da Justiça disse que o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, ao usar as fotos de Che Guevara e de Karl Marx em curso ministrado por João Pedro Stédile, está dando uma demonstração nítida de que o seu compromisso não é com a solução do problema agrário, e sim com a sublevação do Estado de Direito e com a agitação no campo. Para Jobim, o Governo não deve mais dialogar com o Movimento dos Sem-Terra, que está desrespeitando as regras do jogo democrático".

Ora, Sr. Presidente, então o Ministro Nelson Jobim nega-se a dialogar com possuidores de retratos ou livros de Karl Marx e Che Guevara? Como dizer isso ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, em outros tempos, inclusive organizou um seminário para a leitura das obras de Karl Marx? Não é possível que o Ministro da Justiça se assuste com o Movimento dos Sem-Terra só porque possuem um retrato de Karl Marx ou Che Guevara. É ainda mais inconcebível que, diante de foto tirada pelo jornal **O Globo** e estampada nos principais jornais de todo o País, o Ministro diga que não há mais como negociar com aqueles que transgridem a lei. Segundo a matéria do jornal, disse o Ministro: "O Governo não senta com aqueles que usam a coação para efeito de conversar. O que é viável e legítimo num processo democrático é a pressão política, a mobilização, a passeata que já fizemos no passado. Mas quem invade prédios públicos, seqüestra pessoas" - o que nunca ocorreu -, "pratica atos ilícitos não merece ter aberto um canal de negociação, porque lhe falta ingrediente mínimo para a conversa, que é o respeito às regras do jogo democrático".

Sr. Presidente, desde ontem estou solicitando audiência do Ministro Nelson Jobim para o fórum de entidades preocupadas com a realização da reforma agrária, composto pela Central Única dos Trabalhadores, CNBB, Fenaj, a Confederação Nacional dos

Trabalhadores na Agricultura, Partidos políticos, enfim, representantes de diversos segmentos que gostariam de falar ao Ministro da Justiça sobre suas preocupações em relação ao fato de os fazendeiros ligados à União Democrática Ruralista estarem armados. Preocupa também os integrantes do Movimento dos Sem-Terra o serviço das Polícias Militares de diversos Estados da Federação. No Paraná, um funcionário desse serviço reservado abriu o jogo integralmente e mostrou que estava ali por determinação da Polícia Militar do Governo do Estado, ou do Serviço Reservado do Governo do Estado do Paraná, para obter informações sobre tudo o que fazia o Movimento dos Sem-Terra, muitas vezes com ações que não são propriamente aquelas previstas na Constituição.

Registro, Sr. Presidente, que estou tentando dialogar com o Ministro da Justiça e com o Chefe de Gabinete, Dr. José Gregório, para demovê-los desse tipo de atitude. Ainda ontem, conversei com o Dr. Jonas Vilas Boas, que é o novo Superintendente do INCRA em São Paulo, que me garantiu que está indo, amanhã, para o Pontal do Paranapanema, onde vai dialogar com os proprietários de terra, com os fazendeiros, com aqueles que estão há muitos anos em terras que são consideradas, pelo outro lado, áreas devolutas do Estado, e também com o Movimento dos Sem-Terra sobre como realizar a reforma agrária no País, pedindo para não se dialogar com ele.

Se o Ministro Nelson Jobim ficou assustado com o retrato de Che Guevara e de Karl Marx, eu gostaria de informar ao Ministro que conversei com o João Pedro Stédile, um dos coordenadores do Movimento dos Sem-Terra, e com diversos companheiros na Fazenda São Bento, uma das áreas que constitui assentamento do Movimento, e, na avaliação de João Pedro Stédile, normalmente há fotos de Karl Marx e de Che Guevara, unicamente como uma forma de relembrar aquelas pessoas, aqueles economistas, pensadores, que muito pensaram na história dos trabalhadores no mundo, com o objetivo de conseguir a libertação dos oprimidos.

O que espero é o que o Ministro Nelson Jobim não venha a censurar qualquer brasileiro por estar lendo com uma foto de Karl Marx ou de Che Guevara. Senão, ele teria que pedir licença e não ficar perto do Presidente Fernando Henrique Cardoso, que, conforme é sabido por sua biografia, por muitos anos organizou um seminário de amigos e filósofos, como José Arthur Giannotti e todos aqueles que compuseram o Cebrap, exatamente para estudar em

profundidade a contribuição de Karl Marx para a história da humanidade. Portanto, espero que o Ministro reveja esse ponto de vista, ainda mais em função daquilo que constitui a propriedade da terra.

Ainda no último dia 11, foi o próprio Ministro Raul Jungmann que divulgou o Atlas Fundiário Brasileiro, do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, que mostra que as terras improdutivas do País correspondem a 62,4% das propriedades rurais. O Atlas mostra também que 2,3% das fazendas têm mais de 50% das terras em todo o País. Os dados consolidados pelo INCRA, a partir das informações registradas no Cadastro do Órgão em março de 1993, traz mapas e gráficos sobre a situação dos 3,1 milhões de propriedades rurais.

O Atlas do INCRA usa também o Índice de Gini, uma metodologia para medir a concentração da renda, para mostrar que desde 1940 não houve grandes alterações na estrutura fundiária do País. O Índice de Gini, que varia de zero a um, nunca esteve abaixo de 0,8. E agora não está abaixo de 0,8. Então, aquilo que já dizia Francisco Graziano, que a reforma agrária é a obra inacabada mais importante do País, continua extremamente válida.

Ora, Sr. Presidente, avalio que se trata de uma atitude que não pode ser aceita, a do Ministro Nelson Jobim, de ter ficado assustado com as fotos de Karl Marx e de Che Guevara. É preciso que o Governo tenha uma atitude de diálogo aberto e franco com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, inclusive procurando agilizar as suas ações de assentamento, prevenindo essas ações de ocupação de edifícios públicos. É claro que o INCRA, ou as repartições públicas, ou o Banco do Brasil terá dificuldade em estar trabalhando se houver ocupações. Não creio que seria a forma mais adequada de assegurar, mas é preciso que haja também a compreensão, por que razão trabalhadores sem-terra neste País resolveram fazer acampamentos à beira das estradas e junto às áreas improdutivas deste País, senão para demonstrar a necessidade da realização da reforma agrária.

Sr. Presidente, Sr's e Srs. Senadores, registrando que, domingo, quando visitei o Presidente Fernando Henrique Cardoso, contei-lhe sobre o que havia visto no Pontal do Paranapanema. Disse a Sua Excelência que havia ficado preocupado com a forma pela qual fazendeiros haviam armado diversas pessoas que estavam ali na Fazenda Santa Rita.

Trago e mostro fotos das pessoas contratadas, no caso pelo fazendeiro Marcelo Negrão, na Fazenda Santa Rita, onde aparecem mostrando espingar-

das. Inclusive eles mostraram para os jornalistas e para as pessoas que estavam ali presentes, afirmando que estariam dispostos a usar granadas, armamentos pesados contra os trabalhadores sem terra.

Efetivamente, essas pessoas usaram essas armas contra jornalistas, contra a jornalista Mônica Teixeira, que, na sexta-feira, ao procurar dialogar com o administrador da fazenda, foi recebida a tiros, exatamente quando procurava saber deles por que estavam tão fortemente armados.

Gostaria de registrar a minha solidariedade à jornalista Mônica Teixeira, que, em função do seu trabalho sério - está preparando uma matéria de profundidade sobre a questão da violência no campo, a questão da estrutura agrária e a natureza desses conflitos, as preocupações do Movimento dos Sem-Terra e dos proprietários rurais -, levou tiros de uma espingarda de chumbo - felizmente foi de chumbo - que a feriu, ainda que levemente. Ela foi hospitalizada e medicada com rapidez, e, depois, prosseguiu seu trabalho. Gostaria de louvar o trabalho de Mônica Teixeira.

Sr. Presidente, eu disse ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que estava ali observando momentos de tensão, com os fazendeiros procurando armar pessoas, algumas das quais, inclusive, com histórico de boletins de ocorrência de atividades que são objeto de preocupação da polícia.

Estranhamos o comportamento das autoridades, porque, em qualquer momento de tensão, quando é para revistar os acampamentos dos integrantes do Movimento dos Sem-Terra, de pronto, a polícia chega e começa a recolher até mesmo os seus instrumentos de trabalho, como foices, pás, enxadas e facões; porém, quando os fazendeiros, os proprietários daquelas áreas que são questionadas, áreas devolutas, fornecem armas a uma porção de capangas, que as utilizam de forma abusiva, a polícia simplesmente observa e não toma qualquer providência. É importante que se procure evitar isso.

Recomendei ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, por ocasião do nosso diálogo, no domingo, que visitasse pessoalmente esses lugares onde é intenso o problema da terra. Disse-me o Presidente que o problema da terra, o problema da reforma agrária, é o que mais o preocupa, considerando a possibilidade de ir dialogar diretamente com os trabalhadores do Movimento dos Sem-terra.

Portanto, estou estranhando a recomendação do Ministro Nelson Jobim de não querer dialogar com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra. O Superintendente do INCRA disse-me ontem

que irá amanhã ao Pontal do Paranapanema dialogar com os trabalhadores desse Movimento. O Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, disse-me que considerava a possibilidade de dialogar com seus representantes. Propus a Sua Excelência que fosse diretamente aos locais dos assentamentos, dos acampamentos, até para conhecer melhor a natureza do Movimento.

Estive nos assentamentos, nos acampamentos, e penso que esta seria a oportunidade de o Presidente conhecer de perto os problemas vividos pela população rural, que quer ter o direito de lavrar a terra e dar dignidade às suas famílias.

Salientei a Sua Excelência que o índice de concentração de renda no Brasil, em 1995, de 0,592, alardeado como o resultado da melhoria do Plano Real a todos os segmentos da população, em especial, aos mais pobres, na verdade, é um índice de Gini inferior ao registrado em 1992, último ano da gestão do Presidente Fernando Collor de Mello.

Esse índice de Gini que o Presidente e os seus Ministros consideraram tão positivo, de 0,592, melhorou, de fato, em relação a 1993, que era de 0,603, e é melhor do que o índice de 0,629; mas, na verdade, trata-se de um índice pior do que o ocorrido em 1992, que foi de 0,575, no último ano do Governo do Presidente Fernando Collor de Mello.

Ainda estamos com índices recordes de má distribuição e concentração de renda. No que diz respeito à estrutura fundiária, uma das causas de tamanha concentração da renda, estamos com os mesmos indicadores, índices de Gini, dos anos 40. O Brasil em nada modificou a sua concentração de renda e de riqueza, sobretudo porque na terra ainda não se fez a devida reforma agrária.

Assim, faço aqui o meu apelo ao Presidente Fernando Henrique Cardoso para que vá ao Pontal do Paranapanema, ao Pará, àqueles locais aonde está havendo a necessidade de um diálogo direto com os trabalhadores sem terra. Sua Excelência disse-me que está preparado para isso e está considerando essa possibilidade. Espero que se possa construir um momento adequado para a sua visita.

Afirmou-me Sua Excelência que, em São Paulo, será necessário fazer isso em consonância com o Governador Mário Covas, até porque a iniciativa da solução para a estrutura fundiária está, em boa parte, nas mãos do Governo Estadual, mas de acordo com os recursos que o INCRA está por liberar. Assim, deverá ser criado o momento propício o mais rapidamente possível, para que o Presidente possa

ir lá e ter esse diálogo direto. Gostaria que o mesmo ocorresse no Pará e em outros lugares.

Sr. Presidente, gostaria de registrar esse Termo de Declaração do Ministério Público do Estado do Paraná, do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Defesa dos Direitos e Garantias Constitucionais, que o Fórum da Reforma Agrária quer entregar pessoalmente ao Ministro da Justiça, se possível, nesta tarde.

Diz o Termo de Declaração:

"Aos vinte e quatro dias do mês de setembro de 1996, compareceu a esta Promotoria de Justiça o senhor ROBERTO BAGGIO,, que fez as seguintes declarações: que o declarante vem noticiar a existência de levantamento que a "P2" do Paraná vem fazendo a respeito do Movimento Sem Terra - MST; que esclarece que P2 seria a polícia secreta da Polícia Militar; que o MST já vem percebendo há algum tempo a presença de pessoas estranhas ao movimento nos acampamentos, o que vem a confirmar a notícia da investigação feita pela "P2"; que, tratando especificamente de um determinado caso, declara que, em início de setembro de 1996, na sede da Superintendência do INCRA,, em Curitiba, foi abordado por duas pessoas que se identificaram como cabo Moreira e soldado Biscain, e como pertencentes ao corpo da "P2" do Paraná e que disseram que gostariam de obter informações sobre o MST, apresentando ao declarante, inclusive, questionário com aproximadamente trinta perguntas sobre o MST, acampamentos, INCRA, reforma agrária etc.; que deixou número de telefone para o Cabo Moreira, bem assim o nome de uma pessoa (Rogério Antônio Mauro) para agendar uma entrevista; que, em seguida, ainda na primeira semana de setembro, um dos dois policiais, não sabe precisar quem, entrou em contato com a secretaria do MST, para marcar a aludida entrevista; que se sucederam mais dois contatos, também na mesma semana, até que foi agendado encontro para o dia 17.09.1996, às 14:00 horas, no Edifício Santa Maria,, em Curitiba, sede estadual do MST; que entendendo ser ilegal este tipo de atuação da "P2", e por sentirem-se inseguros, haja vista uma lista que constava junto com o questionário, onde havia nomes do MST/PR e de outras pessoas (po-

líticos e lideranças), contataram com a **Rede Globo**, do Rio de Janeiro, que instalou microcâmera nas dependências da sede do MST, para registrar o decantado encontro, o que aconteceu, estando a respectiva fita em poder da **Rede Globo**, à disposição das autoridades; que só foi ao encontro o soldado Biscain, ligado à "P2", e, ligado ao MST, o ora declarante e o senhor Rogério Antônio Mauro; que o soldado entregou um questionário ao declarante e a Rogério A. Mauro, composto de três folhas no formato papel-ofício, timbrados com um Logotipo da Polícia Militar do Paraná; que procederam a sua leitura e posteriormente puseram-se a responder as aproximadas trinta questões, uma a uma, fazendo, também, a respeito delas comentários gerais; que o soldado Biscain anotava as respostas em papel não timbrado, mas percebia-se volume por debaixo de sua roupa, que indicava a existência de um gravador, tendo inclusive o soldado, no início e no final da entrevista, posto a mão por dentro da roupa; que queria saber dados de pessoas que constavam da lista que acompanhava o questionário, inclusive, de pessoas não ligadas ao MST (que havia, mais ou menos, cinqüenta nomes); que relativamente às pessoas pertencentes ao MST queria saber qual a atividade de cada uma, o que faziam, inclusive, relativamente a hierarquia, bem como queria saber o funcionamento do movimento (quantas pessoas pertenciam à coordenação, como se reuniam, como se deslocavam, quais eram os contatos e de onde vinham os recursos), o que foi respondido; que o soldado Biscain ainda perguntou como era o sistema de informação e contra informação do MST e, ainda, como funcionavam os "grupos de elite do MST", que não entendendo os questionamentos de informação e contra informação e grupo de elite, indagou do soldado Biscain do que se tratava, que explicou mas não foi compreendido pelos ouvintes o significado; que foi questionado, ainda, pelo soldado Biscain, onde estariam os centros de treinamento das pessoas pertencentes ao MST, como funcionavam e qual a sua localização; que indagou ainda se pessoas constantes da lista, já referida, haviam sido treinadas na Nicarágua ou Alemanha; que indagado à

respeito, o soldado Biscaia afirmou que eles ("P2") têm agentes infiltrados nos acampamentos e assentamentos de sem-terra, para coleta de informações sobre o MST, a mando da Secretaria de Segurança do Comando-Geral; que requer, finalmente, o declarante garantias de integridade física e mental dos membros do MST em vista deste aparato investigatório, bem como que seja apreciada a questão de ser legal ou não a atuação da Polícia Militar, como emoldurado na presente declaração, e constatado que esse tipo de comportamento fere a Constituição e a legalidade em geral, requer que tal aparato seja desativado, com apuração de responsabilidades; que para fins de esclarecimentos a quem interessar possa, declina o declarante alguns nomes constantes da listagem apresentada junto ao questionário pelo policial militar: Roberto Baggio, Rogério Mauro e Carlos Finhler, Ireno dos Santos, Delfino Becker, Aerolino Oliveira", e outros.

Solicito, Sr. Presidente, que seja registrado na íntegra tal termo de declaração.

Reitero que o Movimento dos Sem-Terra já convidiu as autoridades para irem abertamente aos seus acampamentos, às suas escolas, aos locais onde se reúnem. Reiterei a sugestão do Presidente Fernando Henrique, ao Ministro Raul Jungmann, ao Ministro Nelson Jobim. Não há por que querer saber das coisas pelos serviços reservados da P2.

Assim, Sr. Presidente, registro que participei do VI Congresso da Rede Européia da Renda Básica, ocasião em que dei uma palestra, em inglês, mas que aqui registrarei em português. Fiz esse discurso em co-autoria com o Governador Cristóvam Buarque, que infelizmente não pôde estar presente, relatando o debate e a experiência dos brasileiros com relação ao Projeto de Garantia de Renda Mínima, que visa erradicar a pobreza no Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João França) - A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício nº 2.881/96, encaminhando dados referentes à dívida dos governos estaduais, municipais e do Distrito Federal, disponíveis naquele órgão, tendo por base o mês de agosto do corrente ano. (Diversos nº 83, de 1996)

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João França) - A Presidência recebeu, do Banco Central do Brasil, o Ofício

nº S/87, de 1996 (nº 2.887/96, na origem), encaminhando, nos termos da Resolução nº 69, de 1995, do Senado federal, manifestação daquele órgão relativa à solicitação do Governo do Estado de Pernambuco, para que possa elevar temporariamente seu limite de endividamento e realizar operação de crédito junto à Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP, no valor de R\$1.473.396,40, cujos recursos serão destinados à implantação da 3ª etapa do Projeto Unificação da Base Cartográfica da Região Metropolitana do Recife - UNIBASE.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Econômicos.

O SR. PRESIDENTE (João França) - Sobre a mesa, mensagem que será lida pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lida a seguinte:

CONGRESSO NACIONAL

(*) MENSAGEM N° 467, DE 1996-CN
(Nº 896/96, na origem)

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Em aditamento a Mensagem nº 820, de 30 de agosto de 1996, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento, informações complementares ao texto do projeto de lei que "Estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1997".

Brasília, 24 de setembro de 1996. – **Fernando Henrique Cardoso.**

(*) – Publicada na íntegra, juntamente com as informações complementares, em suplemento à presente edição.

O SR. PRESIDENTE (João França) – A mensagem que acaba de ser lida encaminha informações complementares ao texto do Projeto de Lei Orçamentária para 1997 (PL nº 8, de 1996-CN), será publicada em avulsos e despachada à Comissão Mista de Planos e Orçamentos Públicos e Fiscalizações.

Sobre a mesa, requerimento que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Eduardo Suplicy.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 946, DE 1996

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 258 do Regimento Interno, requirei tenham tramitação em conjunto os seguintes projetos: PLS nº 215/95 e o PLS nº 288/95.

Sala das Sessões, 25 de setembro de 1996. –
Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (João França) - O requerimento lido será publicado e posteriormente incluído em Ordem do Dia, nos termos do art. 255, inciso II, letra "c", nº 8, do Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (João França) - O Sr. Senador Ney Suassuna enviou discurso à Mesa para ser publicado na forma do disposto no art. 203 do Regimento Interno.

S. Ex^a será atendido.

O SR. NEY SUASSUNA (PMDBPB - Sr. Presidente, S^{rs}s e S^{rs}s. Senadores, "Levarem os olhos sobre o mundo, e vejam o que está acontecendo a nossa volta, para que amanhã não sejamos acusados de omissão, se o homem num futuro próximo solitário e nostálgico de poesia, encontrar-se sentando no meio de um parque forrado com grama plástica, ouvindo um sablá eletrônico cantar, pousado no galho de uma árvore de cimento armado" (Manuel Pedro Pimentel, Revista de Direito Penal V.24; p.91).

Comemoramos no dia 19 de setembro, o Dia da Árvore.

Nesse dia, essa citação, é um alerta para o nível de degradação ambiental que aceleradamente nas últimas décadas vem cobrindo as mais diversas regiões do planeta e do território nacional.

Essa degradação, que compromete a qualidade das nossas águas, do nosso ar, do nosso solo e subsolo, compromete também a situação de nossas matas e florestas ou seja, das nossas Árvores!

No seu dia, as Árvores serão lembradas de diferentes maneiras.

Milhares de pessoas estarão plantando novas mudas; centenas estarão queimando e desmatando matas e florestas; e, uma minoria estará refletindo sobre o papel, importância, destino e futuro das nossas Árvores.

A importância da árvore para o homem é inquestionável e vai desde seu uso como material de construção, fonte energética, responsável pelo balanço entre o oxigênio e gás carbônico na atmosfera, por influir na temperatura das áreas urbanas e até, como as espécies frutíferas, fornecer alimentos para a população.

Contudo, o crescente desenvolvimento de nosso país, e a ocupação não planejada cada vez maior do nosso território pelas mais diversas atividades, como agropecuária, mineração, expansão urbana e industrial, implantação de reservatórios de usinas hidroelétricas, têm provocado a remoção da nossa co-

bertura vegetal, agravada pelo extrativismo descontrolado que utiliza a madeira como material de construção e fonte de energia.

Para contrabalançar esse elevado grau de desmatamento, são necessárias medidas compensatórias de reflorestamento, em cada uma das atividades responsáveis:

Duas grandes bandeiras, são hoje agitadas em nível nacional, em relação ao desmatamento: uma voltada para a Amazônia e outra para a Mata Atlântica.

Na Amazônia existe uma contínua polêmica sobre a extensão real da área desmatada. Quanto a área da Mata Atlântica, que cobria cerca de 1 milhão de quilômetros quadrados ao longo de nosso litoral, só restam apenas 8%, ou 80 mil quilômetros quadrados.

Além dessas duas grandes bandeiras, a remoção da cobertura vegetal ocorre, toda vez que o homem implanta um projeto, seja ele de via, casa, lotamento, indústria, estrada ou mineração.

O que deve ser exigido é que esses projetos através de uma compensação, plantem em áreas vizinhas, o equivalente ao devastado.

Essa exigência deveria fazer parte de todo projeto, como condição essencial para sua aprovação.

Da mesma forma, nas áreas urbanas e loteadas, a preservação vegetal ou nos plantios deveria ser estimulada.

Estas reflexões são a minha homenagem ao Dia da Árvore.

Dia que lembro da minha querida João Pessoa, a cidade com mais área verde do nosso Brasil.

Que deve servir de exemplo para muitas cidades.

Como João Pessoa, meu Brasil, nós te queremos ver cada vez mais verde.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João França) - Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 16h15min.)

ATO DA COMISSÃO DIRETORA N^o 14, DE 1996

A Comissão Diretora do Senado Federal, no uso de sua competência, resolve:

Art. 1º É vedada a edificação de construções móveis, colocação de tapumes, arquibancadas, palanques, tendas ou similares na área compreendida entre o gramado e o meio-fio anterior da via de ligação das pistas Sul e Norte do Eixo Monumental, do lote da União Federal, destinado ao Congresso Na-

Setembro de 1996

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

Quinta-feira 26 16405

clonal, sito à PTP, Área A, no lado Norte, de utilização específica do Senado Federal.

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 8 de agosto de 1996. – **José Sarney – Júlio Campos – Ney Suassuna – Emílio Fernandes.**

APOSTILA

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, resolve Apostilar o fundamento legal da aposentadoria de MÁRIO GOMES VIEIRA, Matrícula 0359, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal, para excluir a vantagem do art. 193, da Lei nº 8.112, de 1990 e incluir as vantagens da Resolução do Senado Federal nº 74/94 combinada com o Ato do Diretor-Geral nº 148/94.

Senado Federal, 25 de setembro de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral.

APOSTILA

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, Resolve Apostilar o fundamento legal da aposentadoria de ODETINA DA COSTA ALVES DE OLIVEIRA, matrícula 0769, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal, para excluir da vantagem do art. 193, da Lei nº 8.112, de 1990 e incluir as vantagens da Resolução do Senado Federal nº 74/94 combinada com o Ato do Diretor-Geral nº 148/94.

Senado Federal, 25 de setembro de 1996. – **Agaciel da Silva Mala** – Diretor-Geral do Senado Federal.

APOSTILA

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, Resolve Apostilar o fundamento legal da aposentadoria de VALDECY DAVID SOARES, matrícula 0418, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal, para excluir a vantagem do art. 193 da Lei nº 8.112, de 1990, e incluir as vantagens da Resolução do Senado Federal nº 74/94, combinada com o Ato do Diretor-Geral nº 148/94.

Senado Federal, 25 de setembro de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral do Senado Federal.

APOSTILA

O Diretor-Geral do Senado Federal, no uso da sua competência regimental e regulamentar, em conformidade com a delegação que lhe foi outorgada pelo Ato da Comissão Diretora nº 12, de 31 de agosto de 1995, Resolve Apostilar o fundamento legal da aposentadoria de GERALDO SOARES DE MORAES, matrícula 0567, do Quadro de Pessoal do Centro Gráfico do Senado Federal, para excluir a vantagem do Art. 193, da Lei nº 8.112, de 1990 e incluir as vantagens da Resolução do Senado Federal nº 74/94 combinada com o Ato do Diretor-Geral nº 148/94.

Senado Federal, 25 de setembro de 1996. – **Agaciel da Silva Mala**, Diretor-Geral do Senado Federal.

| | | | |
|--|--|---|--|
| MESA Presidente José Samey - PMDB - AP 1º Vice-Presidente Teotonio Vilela Filho - PSDB - AL 2º Vice-Presidente Júlio Campos - PFL - MT 1º Secretário Odacir Soares - PFL - RO 2º Secretário Renan Calheiros - PMDB - AL 3º Secretário Levy Dias - PPB - MS 4º Secretário Emanoel Amorim - PMDB - RO Suplentes de Secretário Antônio Carlos Valadares - PSB - SE Eduardo Suplicy - PT - SP Ney Suassuna - PMDB - PB Emilia Fernandes - PTB - RS | LIDERANÇA DO GOVERNO Líder Elio Alvares - PFL - ES Vice-Líderes José Roberto Arruda - PSDB - DF Vítor Kleinbom - PFL - SC Ramez Tebet - PMDB - MS | LIDERANÇA DO PPB Líder Epitácio Cafeteira Vice-Líder Esperidião Amin | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| | | | |
| CORREGEDORIA PARLAMENTAR Corregedor (Eleito em 16-3-95) Romeu Tuma - PSL - SP | | LIDERANÇA DO PTB Líder Valmir Campelo | |
| Corregedores - Substitutos (Eleitos em 16-3-95) 1º Senador Ramez Tebet - PMDB - MS 2º Senador Joel de Holanda - PFL - PE 3º Senador Lúcio Alcântara - PSDB - CE | | Vice-Líder Sebastião Rocha | |
| PROCURADORIA PARLAMENTAR (Designação: 16 e 23-11-95) Nabor Júnior - PMDB - AC Waldeck Omellas - PFL - BA Emilia Fernandes - PTB - RS José Ignácio Ferreira - PSDB - ES Lauro Campos - PT - DF | | LIDERANÇA DO PDT Líder Júnia Marise | |
| | | Vice-Líder Sebastião Rocha | |
| | | LIDERANÇA DO PSB Líder Ademir Andrade | |
| | | LIDERANÇA DO PPS Líder Roberto Freire | |
| | | LIDERANÇA DO PSL Líder Romeu Tuma | |

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19.4.95)

Presidente: Casildo Maldaner - PMDB - SC

Vice-Presidente: José Alves - PFL - SE

(Eleitos em 28.2.96)

Titulares

PMDB

1. Casildo Maldaner
2. Ramez Tebet
3. Nabor Júnior
4. Ney Suassuna

PFL

1. Élcio Álvares
2. Francelino Pereira
3. Waldeck Ornelas
4. José Alves

PSDB

1. Lúcio Alcântara
2. (vago)

1. Epitácio Cafeteira
2. Osmar Dias (PSDB)

1. Emilia Fernandes

1. Marina Silva

1. Darcy Ribeiro

Suplentes

1. Onofre Quinan
2. Gerson Camata
3. Flaviano Melo
4. Coutinho Jorge

1. José Agripino
2. Carlos Patrocínio
3. Vilson Kleinübing
4. José Bianco

PPB (ex-PPR + ex-PP)

1. Jefferson Peres
2. José Ignácio Ferreira

1. Lucídio Portella
2. Antônio Carlos Valadares (PSB)

PTB

1. Arlindo Porto

PT

1. Lauro Campos

PDT

1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

SENADO FEDERAL
SECRETARIA LEGISLATIVA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: SÔNIA DE ANDRADE PEIXOTO
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE COMISSÕES ESPECIAIS E DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3606

Secretários: ADRIANA TAVARES SOBRAL (Ramal: 4252)
CARLOS GUILHERME FONSECA (Ramal: 3510)
FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3623)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
IVANILDE PEREIRA DIAS (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)

SERVIÇO DE COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: ANTONIO CARLOS P. FONSECA (Ramal: 4604)
CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)
DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
IZAIAS FARIA DE ABREU (Ramal: 3935)
PAULO ROBERTO A. CAMPOS (Ramal: 3496)
RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

COMISSÕES PERMANENTES

COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA *1
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES

SUPLENTES

PMDB

| | | | |
|------------------|--------------|----------------------|--------------|
| GILVAN BORGES | AP-2151/52 | 1-MARLUCE PINTO | RR-1101/1201 |
| GILBERTO MIRANDA | AM-3104/05 | 2- MAURO MIRANDA | GO-2091/92 |
| NEY SUASSUNA | PB-1145/1245 | 3-ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/07 |
| ONOFRE QUINAN | GO-3148/49 | 4-RONALDO CUNHA LIMA | PB-2421/22 |
| CARLOS BEZERRA | MT-2291/92 | 5-PEDRO SIMON | RS-3230/31 |
| JADER BARBALHO | PA-3051/53 | 6- HENRIQUE LOYOLA | SC-2141/42 |
| RAMEZ TEBET | MS-2221/22 | 7-GERSON CAMATA | ES-3203/04 |
| JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 | 8-VAGO | |

PFL

| | | | |
|--------------------|------------|----------------------------|------------|
| FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/12 | 1-JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/98 |
| VILSON KLEINÜBING | SC-2041/42 | 2-JOSAPHAT MARINHO | BA-3173/74 |
| JONAS PINHEIRO | MT-2271/72 | 3- WALDECK ORNELAS | BA-2211/12 |
| BELLO PARGA | MA-3069/70 | 4-ROMERO JUCÁ | RR-2111/12 |
| FREITAS NETO | PI-2131/32 | 5-JOSÉ BIANCO | RO-2231/32 |
| JOÃO ROCHA | TO-4070/71 | 6-ELCIO ALVARES | ES-3130/31 |
| HUGO NAPOLEÃO | PI-4478/80 | 7-ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | BA-2191/97 |

PSDB

| | | | |
|-----------------|------------|-----------------------|--------------|
| BENI VERAS | CE-3242/43 | 1-LÚDIO COELHO | MS-2381/82 |
| JEFFERSON PERES | AM-2061/62 | 2-SÉRGIO MACHADO | CE-2281/82 |
| PEDRO PIVA *1 | SP-2351/52 | 3-LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/02 |
| GERALDO MELO | RN-2371/72 | 4-JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/12 |
| OSMAR DIAS | PR-2121/22 | 5-COUTINHO JORGE | PA-3050/4393 |

PPB

| | | | |
|--------------------|------------|--------------------|------------|
| EPITACIO CAFETEIRA | MA-4073/74 | 1-SANDRA GUIDI | SC-4206/07 |
| JOSÉ BONIFÁCIO | TO-2071/72 | 2-LUCÍDIO PORTELLA | PI-3055/56 |

PT

| | | | |
|-----------------|------------|-----------------------|------------|
| LAURO CAMPOS | DF-2341/42 | 1- JOSÉ EDUARDO DUTRA | SE-2391/92 |
| EDUARDO SUPLICY | SP-3213/15 | 2- VAGO | |

PTB

| | | | |
|----------------|--------------|--------------------------|------------|
| VALMIR CAMPELO | DF-1046/1146 | 1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA | PR-4059/60 |
|----------------|--------------|--------------------------|------------|

PDT

| | | | |
|--------------|------------|-------------------|------------|
| JÚNIA MARISE | MG-4751/52 | 1-SEBASTIÃO ROCHA | AP-2244/46 |
|--------------|------------|-------------------|------------|

PSB

| | | | |
|----------------|------------|------------------------|------------|
| ADEMIR ANDRADE | PA-2101/02 | 1-ANTONIO C. VALADARES | SE-2201/04 |
|----------------|------------|------------------------|------------|

*1 - o titular da cadeira - Sen. JOSÉ SERRA - reassumiu sua vaga no Senado.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.

SÉCRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605

SALA N° 19 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255

FAX: 311-4344

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
 (29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

| TITULARES | SUPLENTES |
|--------------------------|--------------|
| PMDB | |
| CARLOS BEZERRA | MT- 2291/97 |
| GILVAN BORGES | AP-2151/57 |
| JOÃO FRANÇA | RR-3067/68 |
| HENRIQUE LOYOLA | SC-2141/47 |
| RONALDO CUNHA LIMA | PB-2421/27 |
| MAURO MIRANDA | GO-2091/97 |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/1201 |
| VAGO | |
| VAGO | |
| PFL | |
| ROMERO JUCÁ | RR-2111/17 |
| JONAS PINHEIRO | MT-2271/77 |
| ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | BA-2411/12 |
| JOSÉ ALVES | SE-4055/57 |
| BELLO PARGA | MA-3069/72 |
| WALDECK ORNELAS | BA-2211/17 |
| EDISON LOBÃO | MA-2311/17 |
| VAGO | |
| PSDB | |
| BENI VERAS | CE-3242/43 |
| LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/07 |
| CARLOS WILSON | PE-2451/57 |
| OSMAR DIAS | PR-2121/22 |
| COUTINHO JORGE | PA-3050/4393 |
| PPB | |
| LUCÍDIO PORTELLA | PI-3055/57 |
| JOSÉ BONIFÁCIO | TO-2071/77 |
| PT | |
| MARINA SILVA | AC-2181/87 |
| BENEDITA DA SILVA | RJ-2171/77 |
| PTB | |
| VALMIR CAMPELO | DF-1248/1348 |
| PDT | |
| DARCY RIBEIRO | RJ-4229/31 |
| PSB | |
| ANTONIO C. VALADARES | SE-2201/04 |
| | 1-VAGO |

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ
 FONES DA SECRETARIA: 311- 4608/3515

SALA N° 09 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359
 FAX: 311-3652

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR IRIS REZENDE
 VICE-PRESIDENTE: SENADOR LÚCIO ALCÂNTARA
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

| | | | |
|--------------------|------------|--------------------|------------|
| IRIS REZENDE | GO-2031/37 | 1- VAGO | |
| RONALDO CUNHA LIMA | PB-2421/27 | 2-PEDRO SIMON | RS-3230/32 |
| ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/07 | 3-GILVAN BORGES | AP-2151/67 |
| JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 | 4-CARLOS BEZERRA | MT-2291/97 |
| RAMEZ TEBET | MS-2221/27 | 5-GILBERTO MIRANDA | AM-3104/06 |
| FERNANDO BEZERRA | RN-2461/62 | 6-HENRIQUE LOYOLA | SC-2141/47 |
| NEY SUASSUNA | PB-4345/46 | 7-VAGO | |

PFL

| | | | |
|--------------------|------------|----------------------------|------------|
| GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/47 | 1-ELCIO ALVARES | ES-3130/32 |
| EDISON LOBÃO | MA-2311/17 | 2-CARLOS PATROCÍNIO | TO-4068/69 |
| JOSÉ BIANCO | RO-2231/37 | 3-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES | BA-2191/97 |
| BERNARDO CABRAL | AM-2081/87 | 4-HUGO NAPOLEÃO | PI-4478/80 |
| FRANCELINO PEREIRA | MG-2411/17 | 5-JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/67 |
| JOSAPHAT MARINHO | BA-3173/74 | 6-FREITAS NETO | PI-2131/37 |

PSDB

| | | | |
|-----------------------|------------|-------------------|------------|
| JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/27 | 1-BENI VERAS | CE-3242/43 |
| LÚCIO ALCÂNTARA | CE-2301/07 | 2-ARTUR DA TÁVOLA | RJ-2431/36 |
| JEFFERSON PERES | AM-2061/67 | 3-PEDRO PIVA | SP-2351/52 |
| SÉRGIO MACHADO | CE-2284/87 | 4-VAGO | |

PPB

| | | | |
|--------------------|------------|----------------|------------|
| EPITÁCIO CAFETEIRA | MA-4073/74 | 1-SANDRA GUIDI | SC-4206/07 |
|--------------------|------------|----------------|------------|

PT

| | | | |
|--------------------|------------|---------------------|------------|
| JOSÉ EDUARDO DUTRA | SE-2391/97 | 1-BENEDITA DA SILVA | RJ-2171/77 |
|--------------------|------------|---------------------|------------|

PTB

| | | | |
|------------------|------------|--------------------------|------------|
| REGINA ASSUMPÇÃO | MG-2321/27 | 1-JOSÉ EDUADRO A. VIEIRA | PR-4059/60 |
|------------------|------------|--------------------------|------------|

PDT

| | | | |
|---------------|------------|----------------|------------|
| DARCY RIBEIRO | RJ-4229/30 | 1-JÚNIA MARISE | MG-4751/62 |
|---------------|------------|----------------|------------|

PSB

| | | | |
|----------------------|------------|------------------|------------|
| ANTONIO C. VALADARES | SE-2201/04 | 1-ADEMIR ANDRADE | PA-2101/02 |
|----------------------|------------|------------------|------------|

PPS / PSL

| | | |
|----------------|------------|------------|
| ROBERTO FREIRE | PE-2161/67 | 1- VAGO |
| ROMEU TUMA | *1 | SP-2051/57 |

*1 - Os Senadores ROBERTO FREIRE e ROMEU TUMA indicaram-se para a mesma vaga, conforme Of. 105/96-SF/GSRFRE e Of. 099/96-GSTR

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
 SECRETÁRIA: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA N° 03 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
 FAX: 311- 4315

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
PRESIDENTE: SENADOR ROBERTO REQUIÃO
VICE-PRESIDENTE: SENADORA EMÍLIA FERNANDES
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

| TITULARES | SUPLENTES |
|---------------------|--|
| PMDB | |
| JOSÉ FOGAÇA | RS-3077/78 |
| IRIS REZENDE | GO-2031/32 |
| ROBERTO REQUIÃO | PR-2401/02 |
| GERSON CAMATA | ES-3203/04 |
| JADER BARBALHO | PA-2441/42 |
| JOÃO FRANÇA | RR-3067/68 |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/1201 |
| VAGO | 1-RAMEZ TEBET 2-ONOFRE QUINAN 3-FLAVIANO MELO 4-NEY SUASSUNA 5-VAGO 6-MAURO MIRANDA 7-NABOR JÚNIOR 8-VAGO |
| PFL | |
| JOÃO ROCHA | TO-4070/71 |
| WALDECK ORNELAS | BA-2211/12 |
| HUGO NAPOLEÃO | PI-4478/80 |
| JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/98 |
| JOSÉ BIANCO | RO-2231/32 |
| ELCIO ALVARES | ES-3130/32 |
| JONAS PINHEIRO | MT-2271/77 |
| | 1-BERNARDO CABRAL 2-VILSON KLEINUBING 3-EDISON LOBÃO 4-ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES 5-BELLO PARGA 6-FRANCELINO PEREIRA 7-ROMERO JUCÁ |
| PSDB | |
| ARTHUR DA TÁVOLA | RJ-2431/32 |
| CARLOS WILSON | PE-2451/57 |
| SÉRGIO MACHADO | CE-2281/82 |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/12 |
| COUTINHO JORGE | PA-3050/4393 |
| | 1-BENI VERAS 2-JEFFERSON PERES 3-LÚCIO ALCÂNTARA 4-OSMAR DIAS 5-VAGO |
| PPB | |
| SANDRA GUIDI | SC-4206/07 |
| LUCÍDIO PORTELLA | PI-3055/56 |
| | 1-EPITÁCIO CAFETEIRA 2-JOSÉ BONIFÁCIO |
| PT | |
| MARINA SILVA | AC-2181/82 |
| LAURO CAMPOS | DF-2341/42 |
| | 1-BENEDITA DA SILVA 2-ROBERTO FREIRE *1 |
| PTB | |
| EMÍLIA FERNANDES | RS-2331/32 |
| | 1-REGINA ASSUMPÇÃO |
| PDT | |
| DARCY RIBEIRO | RJ-4229/30 |
| | 1-SEBASTIÃO ROCHA |
| PSB | |
| VAGO | 1-VAGO |

*1 - ROBERTO FREIRE (PPS) - vaga cedida pelo PT

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

- 1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente
 2 - PSB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: ANTÔNIO CARLOS P. FONSECA
 TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604

SALA N° 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276
 FAX: 311-3121

COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

PRESIDENTE: SENADOR EDISON LOBÃO

VICE-PRESIDENTE: SENADOR ANTÔNIO CARLOS VALADARES
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

| TITULARES | SUPLENTES |
|------------------------|--------------|
| PMDB | |
| RAMEZ TEBET | MS-2222/23 |
| GILBERTO MIRANDA | AM-3104/05 |
| FLAVIANO MELO | AC-3493/94 |
| HUMBERTO LUCENA | PB-3139/40 |
| JADER BARBALHO | PA-2441/42 |
| PFL | |
| JOSAPHAT MARINHO | BA-3173/74 |
| CARLOS PATROCÍNIO | TO-4068/69 |
| JOSÉ ALVES | SE-4055/56 |
| EDISON LOBÃO | MA-2311/12 |
| PSDB | |
| CARLOS WILSON | PE-2451/52 |
| SÉRGIO MACHADO | CE-2281/85 |
| COUTINHO JORGE | PA-3050/4393 |
| PPB | |
| SANDRA GUIDI | SC-4206/07 |
| PT | |
| EDUARDO SUPLICY | SP-3215/16 |
| PTB | |
| JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA | PR-4059/60 |
| PDT | |
| DARCY RIBEIRO | RJ-4229/30 |
| PSB / PPS | |
| ANTONIO C. VALADARES | SE-2201/04 |

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 suplente

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:30 HORAS
SECRETÁRIO: IZAIAS FARIA DE ABREU
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519

SALA Nº 06 ALA SENADOR NILO COELHO
TEL. SALA DE REUNIÃO: 311-3254
FAX: 311-1060

COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ AGRIPINO MAIA
 VICE-PRESIDENTE: SENADORA REGINA ASSUMPÇÃO
 (23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

| TITULARES | SUPLENTES |
|-----------------------|--------------------------|
| PMDB | |
| NABOR JUNIOR | AC-1478/1378 |
| MAURO MIRANDA | GO-2091/2097 |
| ONOFRE QUINAN | GO-3148/3150 |
| GERSON CAMATA | ES-3203/ 3204 |
| FERNANDO BEZERRA | RN-2461/2467 |
| MARLUCE PINTO | RR-1101/1201 |
| VAGO | |
| PFL | |
| FREITAS NETO | PI-2131/2132 |
| JOSÉ AGRIPINO | RN-2361/2367 |
| ROMERO JUÇÁ | RR-2111/2117 |
| VILSON KLEINUBING | SC-2041/2047 |
| ELCIO ALVARES | ES-3130/3132 |
| JOEL HOLLANDA | PE-3197/3199 |
| PSDB | |
| JOSE IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/2027 |
| LÚDIO COELHO | MS-2381/2387 |
| JOSÉ ROBERTO ARRUDA | DF-2011/2012 |
| PEDRO PIVA | SP-2351/2353 |
| PPB | |
| LUCÍDIO PORTELLA | PI-3055/3057 |
| PDT | |
| SEBASTIÃO ROCHA | AP-2241/2247 |
| PTB | |
| REGINA ASSUMPÇÃO | MG-2321/2321 |
| PT | |
| JOSÉ EDUARDO DUTRA | SE-2391/2397 |
| PSB | |
| ADEMIR ANDRADE | PA-2101/2107 |
| PPS / PSL | |
| ROBERTO FREIRE | PE-2161/2162 |
| | 1-ROBERTO REQUIÃO |
| | 2-NEY SUASSUNA |
| | 2-VAGO |
| | 4-GILBERTO MIRANDA |
| | 5-CARLOS BEZERRA |
| | 6-VAGO |
| | 7-VAGO |
| | 1-CARLOS PATROCÍNIO |
| | 2-JOSAPHAT MARINHO |
| | 3-JONAS PINHEIRO |
| | 4-GUILHERME PALMEIRA |
| | 5-WALDECK ORNELAS |
| | 6-JOSÉ ALVES |
| | 1-GERALDO MELO |
| | 2-CARLOS WILSON |
| | 3-COUTINHO JORGE |
| | 4-OSMAR DIAS |
| | 1-JOSÉ BONIFÁCIO |
| | 1-DARCY RIBEIRO |
| | 1-JOSÉ EDUARDO A. VIEIRA |
| | 1-MARINA SILVA |
| | 1-VAGO |
| | 1-ROMEU TUMA |
| | PR-2401/2407 |
| | PB-4345/4346 |
| | AM-3104/3106 |
| | MT-2291/2297 |
| | TO-4068/4069 |
| | BA-3173/3174 |
| | MT-2271/2277 |
| | AL-3245/3247 |
| | BA-2211/2217 |
| | SE-4055/4057 |
| | RN-2371/2377 |
| | PE-2451/2457 |
| | PA-3050/4393 |
| | PR-2121/2127 |
| | TO-2071/2077 |
| | RJ-4229/4231 |
| | PR-4059/60 |
| | AC-2181/2187 |
| | SP-2051/2057 |

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se fazem necessárias as seguintes alterações:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular e 1 suplente

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 14:00 HS.
 SECRETÁRIO: CELSO PARENTE
 TEL. DA SECRETARIA: 311-4354/4607

SALA N° 13 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
 TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311- 3292 (FAX)
 FAX: 311-3286

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR ANTONIO CARLOS MAGALHÃES

VICE-PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL

(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES**SUPLENTES****PMDB**

| | | | |
|-----------------|------------|----------------------|--------------|
| RAMEZ TEBET | MS-2222/23 | 1-MARLUCE PINTO | RR-1101/4062 |
| FLAVIANO MELO | AC-3493/94 | 2-FERNANDO BEZERRA | RN-2461/67 |
| HENRIQUE LOYOLA | SC-2141/47 | 3-RONALDO CUNHA LIMA | PB-2421/27 |
| PEDRO SIMON | RS-3230/31 | 4-GERSON CAMATA | ES-3203/04 |
| HUMBERTO LUCENA | PB-3139/41 | 5-IRIS REZENDE | GO-2031/37 |
| ROMEO TUMA *1 | SP-2051/57 | 6-RAMEZ TEBET | MS-2221/22 |

PFL

| | | | |
|--------------------------|------------|---------------------|------------|
| GUILHERME PALMEIRA | AL-3245/47 | 1-JOEL DE HOLLANDA | PE-3197/99 |
| ANTONIO CARLOS MAGALHÃES | BA-2191/97 | 2-BELLO PARGA | MA-3069/72 |
| HUGO NAPOLEÃO | PI-3085/86 | 3-JOÃO ROCHA | TO-4071/72 |
| JOSÉ AGRIPIINO | RN-2361/67 | 4-JOSÉ ALVES | SE-4055/57 |
| BERNARDO CABRAL | AM-2081/87 | 5-VILSON KLEINÜBING | SC-2041/47 |

PSDB

| | | | |
|-----------------|------------|-------------------------|------------|
| GERALDO MELO | RN-2371/77 | 1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA | ES-2021/27 |
| ARTUR DA TÁVOLA | RJ-2431/36 | 2-CARLOS WILSON | PE-2451/57 |
| LÚDIO COELHO | MS-2381/87 | 3-PEDRO PIVA | SP-2351/53 |

PPB

| | | | |
|--------------------|------------|------------------|------------|
| EPITÁCIO CAFETEIRA | MA-4073/74 | 1-JOSÉ BONIFÁCIO | TO-3055/57 |
|--------------------|------------|------------------|------------|

PT

| | | | |
|-------------------|------------|----------------|------------|
| BENEDITA DA SILVA | RJ-2171/77 | 1-MARINA SILVA | AC-2181/87 |
|-------------------|------------|----------------|------------|

PTB

| | | | |
|------------------|------------|------------------|------------|
| EMÍLIA FERNANDES | RS-2331/34 | 1-VALMIR CAMPELO | DF-12/1348 |
|------------------|------------|------------------|------------|

PDT

| | | | |
|-----------------|------------|-----------------|------------|
| SEBASTIÃO ROCHA | AP-2241/47 | 1-DARCY RIBEIRO | RJ-3188/89 |
|-----------------|------------|-----------------|------------|

PSB / PPS

| | | | |
|----------------|------------|----------------------|------------|
| ADEMIR ANDRADE | PA-2101/02 | ANTONIO C. VALADARES | SE-2201/04 |
|----------------|------------|----------------------|------------|

*1 - ROMEO TUMA (PSL) - vaga cedida pelo PMDB

OBS: De acordo com a nova proporcionalidade partidária ainda se faz necessária a seguinte alteração:

1 - PMDB: falta indicar 1 titular

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS.
SECRETÁRIO: PAULO ROBERTO A. CAMPOS
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496SALA N° 07 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367
FAX: 311-3546

**COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL
(SEÇÃO BRASILEIRA)**
(Designada em 25-4-95)

Presidente: Deputado PAULO BORNHAUSEN

Vice-Presidente: Senador CASILDO MALDANER

Secretário-Geral: Senador LÚDIO COELHO

Secretário-Geral Adjunto: Deputado ROGÉRIO SILVA

SENADORES

Titulares

Suplentes

PMDB

Marluce Pinto¹
Roberto Requiro

PFL

Joel de Hollanda
Júlio Campos

PSDB

Geraldo Melo

PPB

Fetter Júnior³⁴

PTB

Dilceu Sperafico

Edmilia Fernandes

Osmar Dias²

PP

PT

Benedita da Silva
Eduardo Suplicy
Lauro Campos

DEPUTADOS

Titulares

Suplentes

Bloco Parlamentar PFL/PTB

Luciano Pizzatto
Paulo Bornhausen

Antônio Ueno
José Carlos Vieira

PMDB

Elias Abrahão
Rivaldo Macari

PSDB

Yeda Crusius

PPB

João Pizzolatti

PP

Augustinho Freitas

PT

Luiz Maineri

1. Pedro Simon substituído por Marluce Pinto, em 2-10-95.

2. Filiado ao PSDB em 22-6-95.

3. Rogério Silva substituído por Júlio Redecker, em 31-5-95

4. Júlio Redecker substituído por Fetter Júnior, em 1º-2-96

REGIMENTO INTERNO – SENADO FEDERAL (R\$ 10,00)

Edição especial de 1995.

Resolução nº 93, de 1970. Texto consolidado, com as alterações adotadas pelas Resoluções nºs 51, 58 e 63, de 1989, e 1, 9, 17 e 52, de 1990.

REGIMENTO COMUM (CONGRESSO NACIONAL) (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Resolução nº 1/70 CN com alterações posteriores.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA N°s 1, 10, 12, 17, 22, 82 A 84, 88 A 108, 110 A 127. (R\$ 12,50 o volume)

Publicação trimestral de artigos jurídicos e técnico-legislativos com circulação ininterrupta desde 1964.

SENADO & CONGRESSO (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Proposições Legislativas, Tramitação, 1995.

Outros títulos

ESTUDOS DA INTEGRAÇÃO (R\$ 5,00 o volume)

1º Volume: Defesa da concorrência no Mercosul – Professor Werter Faria; 2º Volume: A Defesa contra as práticas desleais na Europa – Um exemplo a seguir? – Professor Werter Faria; 3º Volume: O regime comum de origem no Mercosul; 4º Volume: ZPEs brasileiras – A necessidade de mudanças no contexto do Mercosul; 5º Volume: Disciplina da concorrência de controle das concentrações de empresas no Mercosul; 6º Volume: Os efeitos do artigo 98 do Código Tributário Nacional e o Processo de Integração do Mercosul; 7º Volume: O estabelecimento de uma política comum de proteção do meio ambiente – sua necessidade num mercado comum; 8º Volume: Harmonização Legislativa no Mercosul.

LEI DE EXECUÇÃO PENAL E LEGISLAÇÃO CORRELATA (R\$ 10,00)

Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984. Código Penal e Código de Processo Penal. Lei das Contravenções Penais, de Prevenção e Repressão ao Tráfico Ilícito de Entorpecentes e sobre Crimes Hodiéndos. Resoluções da ONU sobre prevenção do delito e tratamento dos reclusos.

OBRA SOCIAL É POLÍTICA DE ALBERTO PASQUALINI (R\$ 25,00)

Edição de 1994. 4 volumes.

LEGISLAÇÃO ELEITORAL E PARTIDÁRIA (R\$ 12,00)

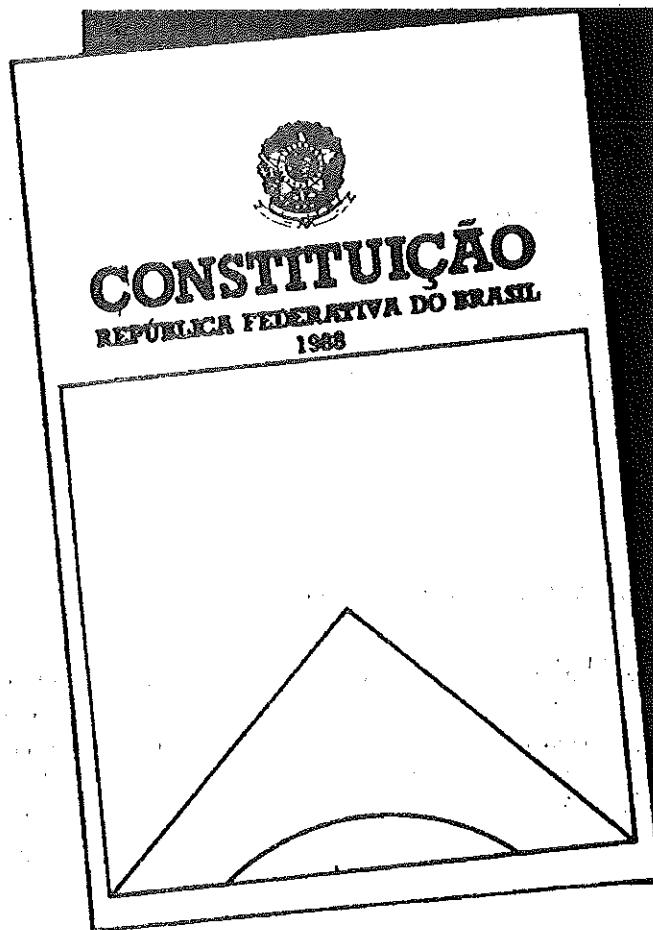
10ª edição atualizada, 1994.

Código Eleitoral. Lei de Inelegibilidade. Lei Orgânica dos Partidos Políticos. Eleições de 1994. Legislação correlata. Calendário eleitoral.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade de Apoio III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Subsecretaria de Edições Técnicas
do Senado Federal



CONSTITUIÇÃO FEDERAL ATUALIZADA COM TODAS AS MUDANÇAS EFETUADAS
DESDE A SUA ELABORAÇÃO EM 1988, INCLÍDAS, INCLUSIVE, TODAS AS
EMENDAS CONSTITUCIONAIS DE REVISÃO.

Os pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas — Senado Federal
Praça dos Três Poderes, Anexo 1, 22.º andar — 70165-900 — Brasília — DF

Telefones: (061) 311-3578, 3579 e 3589

Fax: (061) 311-4258 e 321-7333 — Telex: (061) 1357

Central de venda direta ao usuário:

Via N-2, Unidade de Apoio 1 (fundos do CEGRAF, pelo estacionamento à
esquerda)

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

COMPACT DISK
CD/ROM

- Normas Jurídicas de hierarquia superior (leis, decretos, decretos-leis etc.) com base no Banco de Dados "NJUT – Normas Jurídicas", de forma referencial contendo texto integral da Constituição, disponível no Sistema de Informação do Congresso Nacional – SICON, do Prodases.
- O acervo inclui, além de 3.988 documentos anteriores a 1946, dados informativos da legislação posterior àquele ano provenientes das seguintes fontes:
 - Diário Oficial da União (a partir de 1808)
 - Diário Oficial da União (acervo micrográfico do período 1930/1954)
 - Diário do Congresso I – Câmara (a partir de 1888)
 - Diário do Congresso II – Senado (a partir de 1888)
 - Diário da Justiça (a partir de 1925)
- Trimestralmente será editada uma nova versão do CD-ROM NJUT com dados atualizados.
- O pedido deverá ser acompanhado de depósito bancário a ser realizado na Caixa Econômica Federal em nome da FUNDASEN, agência 0005, operação 006, conta nº 950.056-8.

Valor unitário: R\$ 65,00
Despesas postais: R\$ 5,00

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

Novas publicações

CANUDOS E OUTROS TEMAS (R\$ 10,00)

Euclides da Cunha.

Edição de 1994 comemorativa dos 90 anos de publicação de *Os Sertões*.

CONSTITUIÇÃO DE 1988 (R\$ 5,00)

Edição atualizada em 1995 contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

CONSTITUTION DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉRATIVE DU BRÉSIL / CONSTITUTION OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL (R\$ 5,00)

Tradução para o francês de Jacques Villemain e Jean-François Cleaver (Tradutor do Senado Federal) da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

Tradução para o inglês de Istvan Vajda, Patrícia de Queiroz Carvalho Zimbres e Vanira Tavares de Souza, tradutores dos Senado Federal, da edição atualizada em 1994, contendo as Emendas Constitucionais e as Emendas Constitucionais de Revisão.

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Lei nº 8.069 e as alterações da Lei nº 8.242 e Legislação Correlata.

GUIA DAS ELEIÇÕES DE 1994 (R\$ 3,00)

Edição de 1994.

Comentários à Lei nº 8.713/93 e informações complementares.

LEGISLAÇÃO INDIGENISTA (R\$ 5,00)

Edição de 1993.

Coletânea de textos jurídicos e legislação correlata relativos aos direitos indígenas.

LICITAÇÕES, CONCESSÕES E PERMISSÕES NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Leis 8.666/93, 8.883/94, 8.987/95, texto da Constituição federal sobre matéria e Legislação Complementar.

RELATORIA DA REVISÃO CONSTITUCIONAL (R\$ 45,00 a coleção)

Edição de 1994.

Série com 03 volumes – Pareceres produzidos (histórico)

REGIME JURÍDICO DOS SERVIDORES PÚBLICOS CIVIS E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR (R\$ 5,00)

Edição de 1995.

Dispõe sobre o regime jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e Legislação Complementar.

Pedidos à

Subsecretaria de Edições Técnicas – Senado Federal. Praça dos Três Poderes, Via N-2, Unidade Apolo III. CEP 70165-900. Brasília-DF. Telefones: (061) 311-4258 e 321-7333. Telex: (061) 1357

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA
nº 126 · abril/junho - 1995

Leia neste número:

Uma visão crítica do Direito - André Franco Montoro

Processo orçamentário federal: problemas, causas e indicativos de solução - Osvaldo Maldonado Sanches

Expropriação dos bens utilizados para fins de tráfico ilícito de entorpecentes - Edilson Pereira Nobre Júnior

Ministério Público do Trabalho: prerrogativas do ofício são comunicáveis à sua atuação como parte? - José Pitas

Barreira legal nos sistemas eleitorais proporcionais - Ricardo Rodrigues

A imunidade dos fundos de pensão e o mercado de capitais - Arnold Wald

Pena sem prisão: prestação de serviços à comunidade - Fernando da Costa Tourinho Neto

O recurso especial e as decisões interlocutórias desafiadoras por agravio de instrumento - Demócrito Ramos Reinaldo

Consulta e parecer - René Ariel Dotti

A exoneração tributária dos aposentados e pensionistas - Oswaldo Othon de Pontes Saraiva Filho

Evolução do Direito Constitucional brasileiro e o controle de constitucionalidade da lei - Gilmar Ferreira Mendes

Considerações acerca da constitucionalidade na expedição de medidas provisórias versando matéria orçamentária pública (Nota técnica nº 1/95) - Robison Gonçalves de Castro

Requisitos para Ministro e Conselheiro de Tribunal de Contas - Jorge Ulisses Jacoby Fenandes

Os princípios informadores do contrato de compra e venda internacional na Convenção de Viena de 1980 - Judith Martins-Costa

A defesa da concorrência no Mercosul - José Matias Pereira

Ônus sucumbencial. Situações controvertidas - Elio Wanderley de Siqueira Filho

Das Disposições Constitucionais Transitórias (uma redução teórica) - Ivo Dantas

Notas sobre a exégesis do artigo 102, I, n, da Constituição Federal - Antônio Vital Ramos de Vasconcelos

O civilista Arnoldo Wald - Fernando Whitaker da Cunha

Derecho penal como tecnología social (Notas sobre las contradicciones del sistema penal) - Juan Marcos Rivero Sanchez

Da codificação à lei civil brasileira - Fernando Braga

O direito eleitoral português - Jorge Miranda

Licitação: pontos polêmicos - Toshio Mukai

A intervenção do Estado brasileiro e a política oligárquica na república velha - Maria Elizabeth Guimaraes Teixeira Rocha

Biblioteca e constituição - Sueli Angelica do Amaral

O princípio da responsabilidade objetiva do Estado e a teoria do risco administrativo - Héleno Taveira Torres

A legitimação do Parlamento para função fiscal - Iris Eliete Teixeira Neves de Pinho Tavares

Liderança: uma nova visão - Tânia Mara Botelho

Agamemnon Magalhães. O estadista do social, o administrador, o pensamento político - Jarbas Maranhão

Da Jurisprudência como ciência comprensiva. A dialética do compreender mediante o interpretar - Miracy Barbosa de Sousa Gustin

ASSINATURA DA REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

Números 125 a 128: R\$ 50,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à agência APT-Senado. Neste valor já estão incluídos os preços postais referentes à remessa através da ECT.

Nome:

Endereço:

Cidade: UF: Telefone: Fax: Telex:

Data: Assinatura:

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

PREÇO DE ASSINATURA

SEMESTRAL

| | |
|----------------------------|-------------------|
| Assinatura s/ o porte..... | R\$ 31,00 |
| Porte do Correio | <u>R\$ 96,60</u> |
| Assinatura c/porto | R\$ 127,60 (cada) |
| Valor do número avulso | R\$ 0,30 |

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento Caixa Econômica Federal – Agência 1386 – PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2 e/ou pelo Banco do Brasil Agência 0452-9 – CENTRAL, conta corrente nº 55560204/4, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes – Brasília – DF
CEP: 70160-900

Maiores informações pelos Telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Licenças – Coordenação de Atendimento ao Usuário.



EDIÇÃO DE HOJE 40 PÁGINAS